

Universidade de Brasília - UnB
Instituto de Ciências Sociais - ICS
Departamento de Sociologia – SOL

Fernanda Côrtes

**Entre Colonialismos e Autonomia Nacional: Reflexões sobre a
Construção da Identidade Nacional de Timor-Leste.**

Brasília
2011

Fernanda da Costa Côrtes

**Entre Colonialismos e Autonomia Nacional: Reflexões sobre a
Construção da Identidade Nacional de Timor-Leste.**

Monografia apresentada junto ao Instituto de Ciências Sociais da
Universidade de Brasília para obtenção do grau de Bacharel em
Ciências Sociais com Habilitação em Sociologia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Mariza Veloso Motta Santos – SOL/UnB

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Mariza Veloso Motta Santos – SOL/UnB

(Orientadora)

Prof.^a Dr.^a Maria Francisca Pinheiro Coelho – SOL/UnB

Brasília, novembro de 2011

Sumário

1. Introdução

1.1 - Construção do Objeto de Estudo05

1.2 - Apresentação da Pesquisa.....06

1.3 - Estruturação da Monografia09

2. Capítulo I – Contexto Histórico Timorense.....12

2.1- Período Colonial Português12

2.2 - Período Colonial Indonésio18

2.3 - Período Pós Independência.....21

2.4 - Entendendo os Fatos22

3. Capítulo II - Colonialismo e Identidade.....25

3.1 - Portugal em “Nós”: Apropriações Culturais26

3.2 - E a Indonésia?.....30

3.3 - O Lugar da Nação no Papel de Referência Identitária31

3.4 - Reflexões sobre Pertença.....34

4. Capítulo III – Campo etnográfico38

4.1 - Descrição Metodológica do Campo Etnográfico.....39

4.2 - Estabelecendo Contato39

4.3 - Encontros em Brasília: contexto político timorense?41

4.4 - Encontros em Goiânia: “universo” dos professores48

4.5 - Ideologias Linguísticas52

4.6 - Construção Nacional e Gênero57

4.7 - Compreendendo a Diversidade.....	58
4.8 - Considerações Gerais	60
5. Capítulo IV – Produção Literária em Perspectiva	62
5.1 - Olobai 75: Realidade em Foco	63
5.2 - Colibere: Um Herói Timorense	65
6. Conclusão.....	71
7. Bibliografia	78

1. Introdução

1.1 - Construção do Objeto de Estudo

Comecei os meus estudos sobre Timor no segundo semestre de 2008, através da leitura de bibliografias que descreviam o país, especialmente literatura histórica, que por sua vez foram fundamentais para que eu conseguisse me familiarizar e perceber com nitidez do que se tratava as facetas daquela totalidade que eu estava a pesquisar. Esta pesquisa se deu dentro de um período de dois anos, monitorada através de reuniões quinzenais com um grupo de estudo sobre Timor-Leste, onde assuntos relacionados ao país eram discutidos através da leitura prévia de artigos e outras fontes informativas.

Durante este tempo, desenvolvi um interesse pessoal em saber mais sobre as condições deste país, especialmente por este apresentar suas questões de identidade nacional de forma muito latente. Tal aspecto me chamou a atenção, considerando a afinidade intelectual que tenho por esse tema. Por este motivo dediquei o meu trabalho de conclusão de curso a compreensão da maneira pela qual os aspectos envolvidos no processo de construção da identidade nacional timorense, são apropriados por seus cidadãos.

Desta forma, o próximo passo estabelecido foi a delimitação da estratégia de pesquisa a ser desenvolvida para a produção de minha monografia. Tendo em vista os altos gastos financeiros despendidos em uma viagem até Timor, a ida ao país se apresentou inviável para mim. Sendo assim, havia duas opções disponíveis para a realização do meu trabalho: Ou uma pesquisa essencialmente bibliográfica, ou o estabelecimento de relações com os timorenses residentes no Brasil a fim de coletar informações etnográficas. Dentre estas duas possibilidades, escolhi a segunda, pois naquele momento sentia muita falta de ter contato com algo prioritariamente empírico, com os sujeitos reais, fora dos livros. Afinal, Timor correspondia para mim à uma realidade constatada apenas através de informações escritas e alguns poucos relatos orais até aquele momento.

E assim foi feito. Tendo então decidido estabelecer contato com os timorenses presentes no Brasil, o primeiro ponto a ser definido foram as suas localizações. Através de informações cedidas pela embaixada de Timor-Leste em Brasília, percebi que a grande maioria dos timorenses presentes no Brasil eram estudantes que vieram dar continuidade a suas formações acadêmicas. Naquele instante havia alguns em Brasília, outros no Nordeste e em Goiânia. Desta forma, devido a proximidade, optei por estabelecer a pesquisa com os estudantes presentes nos estados de Brasília e Goiânia. A fim de complementar minhas fontes etnográficas, fiz uso também de duas obras literárias de autoria do timorense Domingos de Sousa, atual Embaixador de Timor-Leste no Brasil.

Após iniciado o campo¹, através da conversa com os timorenses e da leitura de algumas produções literárias nacionais, pude perceber empiricamente a incidência freqüente de questões relacionadas ao passado colonial de Timor por meio do lugar atribuído a esses fenômenos históricos nas falas nativas. Desta forma, escolhi delimitar e direcionar a minha análise para a compreensão da relação existente entre o passado colonial da ilha e a construção das referências identitárias presentes ainda hoje no país, no seu atual momento de pós-independência.

1.2 - Apresentação da Pesquisa

Timor-Leste é um dos países mais jovens do mundo e ocupa a parte leste da ilha de Timor, situada no sudeste asiático. Adquiriu a sua independência em 2002, após ter passado por uma colonização portuguesa que durou aproximadamente quatro séculos, seguida pela ocupação Indonésia, que perdurou por 24 anos (1975-1999) e se caracterizou como sendo um regime extremamente violento. Durante este período, muitos massacres ocorreram na ilha, o que fez com que houvesse uma comoção internacional. Desta forma, no ano de 1999, a ONU enviou uma missão² a Timor para promover um plebiscito que iria decidir o destino do país. O resultado acusou mais de

¹ Pesquisa de campo realizada entre os anos de 2009-2010.

² UNIMET – United Nations Mission in East Timor.

78% da população timorense favorável a independência e desta forma, a Indonésia foi obrigada a retirar-se do território leste timorense.

Desde então, a condição de Estado-Nação Independente é vivido pelo país. E na intenção de compreender o processo de construção da identidade nacional de Timor-Leste, este trabalho figura ao redor de questões que buscam analisar a articulação de alguns dos elementos envolvidos neste processo, dentre eles a língua, fatos históricos e instituições educacionais e religiosas, considerando para isso os cenários de colonizações da ilha e o de recente formação nacional no qual Timor-Leste se encontra inserido.

No entanto, não pretendo aqui esgotar todos os aspectos contidos dentro desse tema de análise, uma vez que as categorias de identidade e de nação abarcam fenômenos fluidos e complexos, podendo se constituir de inúmeras maneiras, obtendo variações múltiplas. Sendo assim, selecionei os aspectos a serem analisados por meio de um levantamento bibliográfico sobre a constituição dos períodos coloniais e pós independência de Timor, na medida em que estas fontes dialogavam com os discursos dos timorenses por mim entrevistados ao longo desta pesquisa.

Por ter garantido a sua independência muito recentemente, o histórico colonial de Timor-Leste ainda se encontra vívido nas relações cotidianas de seus cidadãos e em suas memórias sociais. Acontecimentos correspondentes aos períodos anteriores de colônia, por vezes são reconfigurados e inseridos na atual rede de interação social, podendo estes serem concebidos como resultado de manobras dos interesses políticos que determinaram a atual configuração do cenário nacional do país, que por sua vez proporcionam elementos significativos no direcionamento da ação individual e coletiva dos timorenses.

Sendo assim, desenvolvo a minha argumentação ao redor da trama existente entre história e memória, demonstrando como o processo de construção da identidade nacional timorense acontece dentro deste enredo. Para isso, procurei abordar especialmente algumas concepções e práticas

instituídas no contexto de Timor por meio da presença dos colonizadores na ilha, a fim de analisar o lugar da experiência colonial nos discursos atuais dos timorenses entrevistados. Nesse sentido, realizei uma breve descrição histórica sobre o desenvolvimento de Timor na intenção de elucidar os fatores condicionantes do atual contexto nacional e como estes operam na realidade em questão. Também busquei observar a maneira pela qual estes mesmos fatores aparecem nos registros das obras literárias do autor timorense Domingos de Sousa, considerando-as igualmente como fontes etnográficas.

De fato, são muitas as esferas que compõe um sistema social, que regem uma coletividade; assim como são diversos os elementos que permeiam a noção de pertença de um indivíduo ou grupo a determinada nação. Trata-se de fatores em interação, que por sua vez devem ser analisados através de uma rede de interconexões onde o legado cultural desempenha o papel estruturante das relações. Quero dizer com isso que, seja qual for o aspecto da vida social a ser examinado, este deve ser concebido dentro de uma dinâmica específica, como parte de um todo maior e não como algo autônomo, inteligível por si mesmo.

Vale dizer também que a conciliação da rica diversidade de práticas sociais existentes neste pequeno território constitui um dos maiores desafios para seus governantes, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de políticas que dialoguem com as múltiplas maneiras de pensar essa mesma realidade. Uma maneira de se dividir a população consiste em agrupá-los entre os moradores da montanha e os moradores urbanos. A distinção existente entre essas duas esferas vai além da localização territorial. Os primeiros aparecem como portadores dos usos e costumes³ tradicionais, enquanto os outros se destacam por seus hábitos “civilizados”. Nesse sentido, considerei importante estabelecer um diálogo com a bibliografia referente as questões de identidade e a maneira pela qual os sujeitos se apropriam destas na produção de seus discursos e compreensão da realidade a qual compartilham.

³ Termos aqui utilizados como categorias nativas e não analíticas.

Com relação ao trabalho de campo, posso dizer que essa experiência me proporcionou um contato com perspectivas diversas, diferentes modos de interpretar uma mesma realidade. Além disso, esse momento me fez perceber que no espaço semântico referente a categoria de timorense estão imersas inúmeras características que não podem ser generalizadas entre aqueles que compartilham nominalmente essa mesma condição. Pelo contrário, deve-se prezar pela peculiaridade existente em cada discurso e analisar o que cada aspecto presente nestes significa dentro do contexto no qual estão sendo abordados.

1.3 - Estruturação da Monografia

Ciente do papel do colonialismo como um mobilizador importante nos discursos de meus interlocutores, considerei adequado expor alguns aspectos dos processos de colonização aos quais Timor esteve submetido no intuito de contextualizar o leitor à abordagem aqui desenvolvida. Assim sendo, adotando como fundo analítico os macro-processos históricos relacionados com a conformação do contexto (trajetórias individuais) a partir do qual os timorenses entrevistados se pensam no mundo, procurei expor no primeiro capítulo alguns detalhes que considerei de maior importância para o entendimento de questões que permeiam o contexto de construção nacional timorense.

Nesse sentido, estabeleci uma análise do conceito de lusotimorense criado pelo antropólogo português, Francisco Menezes, uma vez que a caracterização desta categoria dialoga com a produção identitária timorense e corresponde a uma produção condicionada pela política colonial lusitana e fornece aparatos para compreender parte do processo de construção da identidade nacional atualmente vigente em Timor.

Também elaborei uma breve discussão entre colonialismo e relações interétnicas no intuito de prover ferramentas teóricas para dialogar com parte dos argumentos desenvolvidos sobre a situação do país antes e após a independência. Selecionei esse ponto por julgar um assunto bastante recorrente

dentro da temática de Estado-Nação, afinal, um dos maiores desafios enfrentados pelas nações diz respeito ao abarcamento das diferenças étnicas dentro de um mesmo território e a conciliação entre elas. No caso de Timor não é diferente, e por ter construído seu próprio governo há pouco tempo, esse aspecto ainda é bastante problematizado dentro da dinâmica de constituição nacional.

Já no segundo capítulo, direciono a discussão para o processo de construção da identidade nacional através da análise de como os fatores sócio históricos dos períodos coloniais são apropriados e inseridos na constituição da identidade dos sujeitos timorenses em tempos atuais. Nesse sentido, divido a abordagem em subseções e elaboro a análise destacando as características principais de cada um dos períodos (português e indonésio). Também abordo de maneira especial o papel da nação como uma referencia identitária. Nesse momento, dialogo com abordagens teóricas sobre essa temática, onde faço uso de várias referências empíricas e históricas para delinear o objeto analisado, sugerindo assim uma análise de caso do contexto timorense. Por fim, procuro elucidar de que forma os fenômenos sócio históricos influenciam no processo de constituição identitária.

Com relação ao terceiro capítulo, dediquei-o a descrição do trabalho de campo. Começo descrevendo a metodologia utilizada em campo e em seguida apresento o modo como foi estabelecido o contato com os interlocutores e como a rede de informantes foi sendo construída. Falo um pouco da experiência em si e das dificuldades e impressões registradas nesse momento da pesquisa. Adiante, enumero as categorias que surgiram nos discursos elaborados nas entrevistas com os timorenses, no intuito de interagir com os temas já apresentados e discutidos nos capítulos anteriores.

Dialogo também com bibliografias sobre memória e trajetórias de vida, no sentido de compreender e argumentar apropriadamente com os dados coletados em campo. Além disso, procuro descrever as peculiaridades apresentadas por cada fala situando os interlocutores dentro da dinâmica

social timorense, assim como contrastando os discursos entre si (o que varia, porque varia e como varia entre eles).

No quarto capítulo me detenho a discutir o conteúdo de duas obras literárias de autoria timorense. A primeira (Olobai 75) se refere a um diário pessoal do próprio autor e a segunda (Colibere), cujo conteúdo analisei de forma mais aprofundada, diz respeito a um romance desenvolvido paralelamente aos acontecimentos políticos coloniais de Timor. Neste momento, autores como Alfred Schutz proveram aparatos teóricos para que eu pudesse analisar os processos de interação social e por vezes, identitários, apresentados nos enredos através da descrição das ações e pensamentos dos personagens timorenses. Também apresento algumas informações retiradas de uma entrevista realizada com o autor, situando-as em diálogo com as impressões registradas nas obras e com algumas características históricas dos regimes coloniais que contextualizaram o enredo das narrativas.

A minha busca por informações etnográficas na produção literária nativa se deu por dois motivos principais. O primeiro deles foi por considerar que uma das fontes de elaboração do pensamento social de um país se dá através também das representações artísticas de seu povo. Muito dos fenômenos sociais que busquei compreender ao longo desta pesquisa, esteve presente nas abordagens literárias aqui referidas, como por exemplo, a alocação do colonialismo no imaginário timorense no processo de “pensar” a nação e de se perceber como parte integrante desta. Já o segundo motivo se constituiu na intenção de complementar as informações levantadas em campo, considerando o número restrito de dados adquiridos nas entrevistas com meus interlocutores.

Por fim, retomo brevemente os principais tópicos abordados ao longo da monografia e promovo uma análise dos resultados encontrados no desenvolvimento da pesquisa diante do que inicialmente foi proposto na apresentação do estudo, elaborando assim, as conclusões do trabalho.

2. Capítulo I – Contexto Histórico Timorense

Começarei descrevendo as etapas de colonização na qual Timor esteve submetido a fim de contextualizar as questões a serem desenvolvidas ao longo da monografia, algumas delas já pontuadas na introdução. Assim, procuro mostrar que as fronteiras sócio-políticas e identitárias de Timor-Leste são produtos dos processos de colonização, considerando que a formação do Estado nacional do país se iniciou por meio da dinâmica estabelecida com a presença do Estado português na ilha.

Dentre os movimentos de ocupação sofridos por Timor, pode-se dizer que os de autoria lusitana e indonésio foram cruciais na determinação da configuração atual do país, tendo estes acarretado conseqüências responsáveis pela maior parte dos embates regidos até o presente momento na ilha. É importante dizer que ambas as ocupações se caracterizam como sendo de longa duração, e por este motivo falarei especialmente sobre estes dois períodos.

2.1 - Período Colonial Português

Os portugueses chegaram à ilha no ano de 1512, sendo a primeira civilização européia a se estabelecer em Timor. Ao longo de quatro séculos, o território leste-timorense serviu a Portugal como um fornecedor de recursos naturais (principalmente sândalo), tendo suas riquezas exploradas para fins comerciais. O processo de ocupação de Timor por parte da metrópole não foi muito significativo, tendo em vista a pouca quantidade de portugueses na ilha. Há registros da presença de missionários católicos, degredados e alguns outros cidadãos lusitanos que trabalhavam para Portugal como administradores de seus territórios ultramarinos.

Investimentos em infra-estrutura se adensaram a partir de meados do século XX, após a segunda guerra mundial, quando Portugal buscava manter as suas colônias em um cenário internacional não muito favorável devido à decisão das potências européias de abandonarem a prática do colonialismo e “concederem” liberdade aos territórios até então dominados.

Baseando-se nas idéias de Gilberto Freyre no que diz respeito ao lusotropicalismo, o sociólogo português Francisco Menezes⁴ afirma que o empreendimento colonial português conduziu “com habilidade a sua ação colonizadora” uma vez que, segundo ele, em momento algum os portugueses tentaram impor a sua cultura, prezando, ao contrário, por uma convivência pacífica entre colonizador e colonizado, respeitando os costumes dos povos e dando origem a uma nova cultura nos países colonizados, com elementos de ambos os lados envolvidos no processo.

O autor disse ainda que os portugueses “quer como colonos, quer como funcionários administrativos ou missionários, não se opõem frontalmente aos métodos tradicionais dos timorenses, procurando apenas melhorá-los” (2006:140). Por outro lado, não podemos deixar de considerar a disparidade existente entre a teoria luso-tropicalista e a prática colonial portuguesa, “lembrando que nos territórios tropicais colonizados pelos portugueses e, sobretudo, nas colônias africanas nunca houve reciprocidade cultural (...). A oposição rígida entre “civilizados” e “primitivos” acarreta a negação dos valores alheios e inviabiliza a perspectiva de reciprocidade cultural” (CASTELO, 1998:42,86).

A política de ocupação portuguesa em Timor se deu essencialmente através da negociação com as elites locais do território colonial. Nessa empreitada, a Igreja Católica atuou como ator fundamental no estreitamento das relações entre colônia e metrópole, desempenhando um trabalho de assimilação dos nativos, onde as escolas fundadas pela instituição foram ferramentas essenciais no processo de “civilizar” os timorenses. Tal aspecto aparece nítido na seguinte colocação:

A catequese é um grande meio de civilização, e em Timor, aonde nos falta e faltará a força para dominarmos aquele povo, devemos servir-nos da palavra para fazer as conquistas, que a espada não pode fazer. Pela catequese fundamos a colônia e pela catequese devemos sustentá-la (ARAÚJO, pg.4)⁵.

⁴ Autor da obra Encontro de Culturas em Timor-Leste. Este trabalho foi fruto da análise de documentos históricos referentes a colonização portuguesa em Timor-Leste, assim como da própria observação do autor durante o período em que trabalhou na ilha como Administrador Local, entre os anos de 1955 a 1971. Nesta obra, desenvolve o conceito de luso-timorense, baseando-se na categoria de lusotropicalismo criada por Gilberto Freyre.

⁵ As referências de Araújo aqui apresentadas foram todas retiradas do texto Elites em Timor, cujo ano de publicação não aparece identificado na versão aqui utilizada. Sua referência foi retirada do acervo online da BLX (Rede Municipal de Bibliotecas de Lisboa), podendo esta ser encontrada na bibliografia desta monografia.

No entanto, vale ressaltar que foram poucas as pessoas que tiveram acesso a educação durante o governo português na ilha. Geralmente o ensino era restrito às elites locais, dentre elas as famílias dos líderes tradicionais (*liurais*)⁶, catequistas e demais indivíduos que possuíssem algum vínculo com a administração lusitana no país. Os processos educacionais promovidos por estas instituições geraram os assimilados e esta classificação proporcionava aos assim reconhecidos, status dentro da estrutura social de Timor, nos ambientes urbanos.

Ser assimilado era entendido como possuir hábitos civilizados, ser cristão, ter educação e possuir domínio da língua portuguesa. Além disso, há registros de que os mestiços (descendentes da união de timorenses com portugueses) eram muito bem vistos na sociedade timorense. Tal aspecto ocasionava, inclusive, um status social privilegiado a mulher timorense e a sua família, nos casos em que o pai de seus filhos era um português.

Não obstante, é importante notar que a interiorização desses conceitos permeados por valores típicos de outra sociedade (a organização europeia, no caso) é utilizada pelos povos colonizados como “paradigma absoluto de seu pensamento étnico” (OLIVEIRA, 1976:47), o que significa dizer que o grupo exposto ao processo de assimilação passa a interpretar a sua condição a partir de categorias importadas, muitas vezes etnocêntricas e oriundas de uma realidade que não a sua.

Vale ressaltar que nem sempre o discurso colonial se mostrou favorável as relações interétnicas. Durante os anos 30 e 40 do século XIX, o império português voltava-se para a afirmação de seu poderio e de uma suposta raça portuguesa “Considerava-se que a miscigenação tinha conseqüências negativas e que os mestiços eram biologicamente inferiores.” (CASTELO, 1998:85). Armindo Monteiro, um dos ideólogos da política colonial do Estado Novo⁷ português, afirma que:

⁶ Termo local atribuído aos líderes tradicionais, chefes de famílias muito respeitadas dentro da estrutura social de Timor.

⁷Também conhecido como Salazarismo, trata-se do regime político que vigorou em Portugal entre os anos de 1933-1974. “Caracterizou-se como um período autoritário, nacionalista, tradicionalista e corporativista.” ANGELO, Vitor Amorim de. (<http://educacao.uol.com.br/historia/estado-novo-portugal.jhtm>).

“Portugal tem o dever histórico de civilizar as raças inferiores que se encontram sob o seu domínio. Trata-se de proteger os indígenas, de os converter ao cristianismo, de os educar pelo (e para) o trabalho, de os elevar moral, intelectual e materialmente.”(MONTEIRO apud CASTELO, 1998: 86)

Em contrapartida, temos o discurso de Menezes como exemplo da política colonial portuguesa após os anos 50, quando Portugal buscava manter suas colônias em um cenário internacional (pós 2ª G.M.) que promovia a extinção da prática colonial. Segundo ele:

“O que distingue a mestiçagem portuguesa das outras é o aspecto humano e cristão que, reagindo contra o rigidamente econômico, seria caracterizado essencialmente pelo amor do homem pela mulher e do pai pelos filhos acima de preconceitos de cor, de raça, de classe, de posição, impondo-se como uma força biológica e sentimental que prevaleceria contra todos os outros elementos” (2006:120).

Aqui é importante colocar um dado que é fundamental para o entendimento deste discurso, tendo em vista a influência da ideologia lusotropical no trabalho de Menezes. Em agosto de 1951, dois meses depois da integração do Ato Colonial na Constituição Política da República Portuguesa e da concomitante afirmação da unidade nacional dos territórios ultramarinos lusitanos, Gilberto Freyre inicia uma visita por “terras lusitanas” a convite do ministro do Ultramar, Sarmiento Rodrigues. O objetivo da viagem “(...) é dar a conhecer ao sociólogo brasileiro o Ultramar português, para que ele o percorra com olhos de homem de estudo” (CASTELO, 1998:87).

De acordo com o trabalho de Castelo, Sarmiento Rodrigues, em uma carta dirigida a Salazar em 4 de Setembro de 1951, afirma ter convencido Freyre a não visitar Timor (por razões não esclarecidas), conforme orientações feitas pelo próprio ditador. Toda a viagem do sociólogo brasileiro foi preparada de modo a fazê-lo ver apenas aquilo que interessava o governo português. Em cada província ultramarina, o visitante foi recebido pelo governador local e guiado por funcionários escolhidos para esse efeito. Em fevereiro de 1952, o Boletim Geral do Ultramar⁸ incluiu em sua edição uma reportagem sobre a viagem de Freyre, que por sua vez afirma ter encontrado em

⁸ Periódico cuja função era fazer propaganda do patrimônio colonial lusitano, contribuindo para o seu engrandecimento, defesa, estudo das suas riquezas e demonstração das aptidões e capacidade colonizadoras dos portugueses. FERNANDES, Alexandre. 2011.

todo o ultramar “o mesmo sentimento de lusitanidade que prende os brasileiros a Portugal” (FREYRE, apud CASTELO 1998:91).

Para entendermos a maneira pela qual se dá o processo de construção e difusão destas idéias, é importante perceber a situação como resultado de uma política colonial específica. Sendo assim, é necessário notar também que, por vezes, Portugal manipulou a vontade dos nativos para justificar suas empreitadas coloniais. A forma pela qual os nativos aparecem no discurso colonial demonstra a hierarquia existente na forma de implementar as ideologias da política colonialista nos territórios colonizados. Como registrado na obra de Márcio Moutinho, sobre o indígena no pensamento colonial português:

As massas populares são, no fim das contas, para os colonizadores um álibi para as suas empresas. Se não se pode colonizar em nome do direito, da exploração e da repressão dos povos, coloniza-se em nome do povo, mesmo correndo o risco que acontecimentos posteriores venham demonstrar o caráter abusivo da colonização. (...) Consciência nacional, patriotismo e vontade do povo são três postulados, com conteúdo variável, que são invocados pela ideologia colonial ao sabor das necessidades, para obter uma justificação da relação colonial (MOUTINHO, 2000: 33-32.)

Desta forma, ciente da plasticidade dos discursos de dominação colonial, fica claro que a intenção de se abarcar diversidades ao redor de um poder (Estado) único se apresenta e foi, de fato, um projeto viável. Na verdade, não importa quão diferentes os cidadãos possam ser em termos de raça, classe ou gênero, se assim for conveniente, o plano político buscará integrá-los numa identidade determinada, que no caso aqui referido, consistiu na apropriação da idéia do lusotropicalismo desenvolvido por Freyre, utilizado como aparato na construção do conceito de luso-timorense, criado por Menezes.

Não obstante, alguns dos discursos constatados nos boletins da Agência Geral das Colônias de Portugal, amparam o sentimento de saudosismo à pátria lusitana demonstrado por parte de alguns timorenses. Esta mesma característica foi percebida em passagens da obra⁹ de Sousa. Ao se referir ao período de colonização portuguesa em Timor, este afirma:

“Algumas vezes os timorenses pareciam ser mais portugueses que os próprios portugueses. Em alguns lugares, nem a sombra da bandeira portuguesa era pisada pelos transeuntes. Do

⁹ SOUSA, Domingos de. Histórias da Resistência Timorense. 2010.

mesmo modo, as casas luliks¹⁰ conservavam as bandeiras da monarquia e as consideravam sagradas” (SOUSA, 2010:24-25).

Assim como Portugal se viu necessitado de revisitar o seu histórico colonial até aquele momento e fazer as adaptações apropriadas ao novo contexto mundial que se constituiu após a 2ª G.M., dando origem a agregação dos povos ultramarinos por trás da idéia de uma grande nação lusitana; situação semelhante se deu em Timor após a sua independência. Ao ser reconhecido como Estado-Nação autônomo, o país fez uma re-leitura de suas experiências coloniais dando origem a várias interpretações, tais como a imagem da pátria mãe portuguesa, da qual Timor um dia foi filho.

Considerando então o novo cenário político, muito bem descrito no artigo 73 do estatuto¹¹ da ONU, em que Portugal estava inserido, podemos pensar a criação da categoria de luso-timorense como sendo, talvez, fruto de um estudo dos “costumes” de Timor em resposta ao projeto de reconstrução do passado colonial português. Digo isto no sentido de destacar a maneira pela qual as interpretações sociais são construídas conforme uma circunstância.

Nesse sentido, é compreensível que ainda hoje aspectos da colonização lusitana em Timor sejam acionados no cotidiano de seus habitantes para explicar e se referir a acontecimentos e expectativas pessoais, tendo em vista a maneira pela qual o projeto de colonização lusitana foi apresentado aos timorenses colonizados. É importante notar também a forma pela qual os nativos aparecem no discurso colonial, o que demonstra a hierarquia existente na forma de implementar as ideologias da política colonialista nos territórios colonizados.

Esse aspecto nos fornece aparatos para pensarmos as diversas apropriações dessas informações feitas pelos nativos, o que buscarei elucidar adiante através da análise dos discursos dos timorenses entrevistados. Tal aspecto já havia sido destacado por Silva (2006), em seu artigo. Segundo a autora: “Timorenses educados sob o regime colonial português pensam as diferenças que

¹⁰ “Casas sagradas onde se conservam objetos considerados sagrados”. (SOUSA, 2010:25)

¹¹ Ver CASTELO, Cláudia, 1998:93.

os marcam diante da nova geração a partir de idéias e símbolos veiculados ainda no tempo português” (SILVA, 2006:190).

Prosseguindo com a narrativa histórica, apenas em agosto de 1975 Timor conseguiu a sua autonomia com a saída do governo português da ilha. Desta forma, assumiu a direção do país a Frente Revolucionária de Timor Leste Independente (FRETILIN), que por sua vez proclamou a república timorense no dia 28 de novembro do mesmo ano. No entanto, tal liberdade duraria pouquíssimo tempo. No dia 07 de dezembro de 1975, a Indonésia invade o território timorense com seus militares, desembarcando em Dili¹².

2.2 - Período Colonial Indonésio

A ocupação indonésia se caracterizou como sendo extremamente violenta. Diferentemente da colonização portuguesa na ilha, onde em muitos casos eram estabelecidos acordos entre os portugueses e os líderes locais, o período indonésio consistiu em um regime repressor e fechado, onde a população era obrigada a seguir estritamente a ordem do governo invasor e a colaborar com este. Sendo assim, foi implantada a política do *Pancasila*, esta amparada em cinco princípios fundamentais: “Crença num Deus supremo, justiça civilizadora entre os povos, unidade da Indonésia, democracia através da deliberação e do consenso entre representantes e justiça social para todos” (SILVA, 2007:216). No entanto, esses preceitos foram interpretados de forma muito peculiar, em um contexto onde seriam válidos desde que em prol do governo indonésio e de sua dominação sobre o território de Timor.

Tal aspecto se apresentou nítido na fala da diplomata timorense a qual tive a oportunidade de entrevistar. Tendo sido membro da resistência contra a ocupação indonésia, em nossa conversa ela me descreveu momentos críticos de violência e intolerância por parte do governo invasor, assim

¹² Capital de Timor-Leste.

como falou da sua luta, engajamento e superação da repressão indonésia a favor da liberdade nacional timorense.

De fato, durante esse período muitos timorenses foram obrigados a se refugiarem nas montanhas (interior do país) para se protegerem da perseguição dos soldados indonésios. Alguns até chegaram a abandonar suas famílias para defenderem a independência de seu país, como foi o caso desta entrevistada. Segundo ela, sua família era contra reagir ao governo implantado em Timor, por ser esta uma posição muito arriscada. Muitos timorenses perderam suas vidas ao lutarem pelo ideal de liberdade nacional. No entanto, ela seguiu firme em sua decisão de oposição aos invasores e disse não se arrepender de todo o sacrifício despendido por sua pessoa, uma vez que seu país agora é uma nação livre.

Este aspecto lembrou-me o trabalho de Anderson, onde ele afirma que uma nação é: “Uma comunidade política imaginada – e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana” (ANDERSON, 2011:32). Refiro-me a este trecho pelo fato de minha interlocutora, durante o momento de invasão indonésia, pensar a ilha como um território de pertencimento timorense o qual ela faz parte. Talvez essa percepção tenha sido estabelecida pela necessidade de se opor ao outro não timorense naquele momento em particular, aspecto este não muito evidente nos relatos de timorenses durante a colonização portuguesa.

Por outro lado, houve também timorenses que se engajaram em milícias para defenderem a ocupação indonésia, em 1999. Estes prestavam serviços clandestinos de implantação de terror à serviço das autoridades militares e civis da Indonésia e geralmente se posicionavam a favor do projeto de unificação entre os países (Timor e Indonésia). Não obstante, esse grupo reagiu energicamente com ameaças e ataques aos apoiadores da independência durante o contexto do referendo de independência realizado neste mesmo ano pela Organização das Nações Unidas – ONU, em Timor.

É importante dizer que, a alocação da população timorense segundo suas preferências políticas atua como fator determinante e condicionante de muito dos conflitos vivenciados até hoje no país. Muitos familiares, amigos e vizinhos se tornaram hostis entre si devido às diferenças políticas e ideológicas constituídas nesse período de reivindicações nacionais. Problemas pessoais por vezes encontram espaço para serem resolvidos na esfera pública da política, por exemplo. Conflitos que foram desencadeados por motivações surgidas em um momento histórico anterior do país, atravessam gerações e ainda hoje são revividos e adaptados a configuração atual do contexto social leste-timorense. Esse aspecto foi referido por três dos nove entrevistados. Segundo eles, época de eleições em Timor é sempre um período muito tenso, quando as pessoas se aproveitam da situação de disputa política para “resolverem” seus assuntos pessoais, na maior parte dos casos por meio da violência física e com ataques a propriedades particulares.

Com relação ao desenvolvimento de serviços públicos estatais em Timor ao longo dos 24 anos de ocupação indonésia, este se fez mais notável quando comparado ao período português na ilha, que durou mais de quatro séculos. Um ponto muito destacado por meus interlocutores, quase de maneira unânime, foi a popularização do ensino existente na época indonésia. Em seus discursos, ao se referirem aos períodos históricos do país, sempre citavam a disponibilidade do ensino para todos existente no governo indonésio em comparação ao sistema de educação implantado no período português, momento este onde apenas uma parcela muito reduzida da população timorense tinha a oportunidade de frequentar a escola.

Acho importante dizer também que o uso da língua portuguesa foi proibido enquanto o país se encontrava sob o domínio indonésio. Por esse motivo, muitos timorenses, principalmente os nascidos após 1975, dominam apenas o idioma indonésio¹³, além do tétum¹⁴ e outros idiomas locais. De fato, a questão da língua em Timor figura como um dos temas centrais na discussão de

¹³ Refiro-me aqui ao idioma Bahasa Indonésio.

¹⁴ Um dos idiomas oficiais do país, sendo o mais difundido dentro do território de Timor-Leste.

construção de seu Estado Nação e de sua identidade nacional, tendo sido também referida pelos estudantes por mim entrevistados. Abordarei melhor esse ponto ao falar dos processos identitários desenvolvidos no país.

Por fim, acho interessante citar a análise de Anderson¹⁵ com relação ao colonialismo indonésio em Timor. Segundo ele, diferentemente de Portugal, a Indonésia não foi capaz de pensar os timorenses como indonésios. Mesmo compartilhando uma língua e traços étnicos

“the result has been a deep inability to imagine East Timor as Indonesian. And if you can’t imagine the East Timorese as really and truly “brothers”, what them? (...) They seem more like policies for enemies than for national siblings. (...) The Indonesian Government has been unable to incorporate East Timor imaginatively, in the broader, popular sense.” (ANDERSON, 1993:3-4).

Esta característica é interessante para pensarmos, atualmente, a reaproximação do discurso oficial timorense para com a colonização portuguesa na ilha. Muitas apropriações discursivas foram feitas para se pensar Timor como culturalmente ligado a pátria lusitana. De maneira distinta, a Indonésia é lembrada como um país invasor cujos laços coloniais não são prezados.

2.3 - Período Pós Independência

Apenas no ano de 1999 Timor-Leste conseguiu reconquistar a sua independência e ser reconhecido internacionalmente como uma nação autônoma. Em um plebiscito promovido pela ONU em 30 de agosto desse mesmo ano, os timorenses decidiram nas urnas pela autonomia de seu país, tendo conseguido mais de 78% dos votos favoráveis a esta posição. No entanto, após a divulgação do resultado das votações, o cenário que se constituiu em Timor foi o de uma guerra ocasionada pela pressão indonésia (milícia) sobre a população que se posicionava a favor da independência de Timor.

Vale dizer que nesse momento e durante toda a ocupação, a Igreja Católica desempenhou um papel fundamental ao oferecer abrigo e servir de refúgio às pessoas que se colocaram resistentes a anexação indonésia; papel este que, não obstante, representou uma categoria essencial na

¹⁵Imagining East Timor. ANDERSON, Benedict, 1993.

constituição da identidade da história timorense, assim como significou também um apoio para os demais resistentes que se refugiaram na montanha durante a ocupação. A diplomata por mim entrevistada também presenciou esse auxílio prestado pela Igreja, tendo ela ajudado a transportar as cédulas de votação para uma paróquia local, sendo um dos poucos lugares considerado seguro naquela situação de conflito civil e perseguições na qual Timor estava inserido.

Bem, dado o resultado do referendo como favorável a independência, uma nova etapa de estruturação se inicia no território de Timor. Trata-se da formação do Estado-Nação de Timor-Leste. Não obstante, esse contexto traz consigo uma série de problemáticas a ser superada a fim de consolidar o projeto de constituição da nação timorense segundo parâmetros internacionais. Uma delas diz respeito aos investimentos em mão de obra qualificada e também a capacitação de seus cidadãos para desempenharem tarefas que demandam maior grau de especialização nos diversos campos que compõe a estrutura social de um país.

Um exemplo disso é o caso dos estudantes que são enviados para o exterior no intuito de continuarem seus estudos em nível superior. Cooperações realizadas entre o Estado timorense e outras nações, inclusive entre os países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) têm sido importantes na execução desse projeto nacional. Foi o caso dos estudantes timorenses os quais tive a oportunidade de entrevistar. Estes vieram através de um programa de intercâmbio oferecido, desde 2004, pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), em Timor. Falarei mais a esse respeito no capítulo três, ao descrever detalhes do meu trabalho de campo.

2.4 - Entendendo os fatos...

Começarei destacando a influência que os processos de migração temporária de estudantes timorenses exercem na constituição do Estado-Nação de Timor-Leste. Além da presença estrangeira já existente na ilha e do envolvimento desta nas questões de âmbito nacional e no desenvolvimento

social do país, muitos timorenses, não só estudantes, mas outros que migraram ou se exilaram por algum motivo, ao retornarem a Timor, voltam muito condicionados pelas percepções com as quais tiveram contato no exterior. Essas percepções podem ser relativas ao que deva ser o papel do Estado e as políticas públicas a serem implantadas no país, por exemplo. Podemos falar inclusive da definição da língua oficial de Timor, que apesar de já ter sido determinada oficialmente pelo governo do país, ainda figura como ponto de dissenso entre a população nacional.

O que se verifica entre os diferentes grupos de retornados é a tendência a valorizar, celebrar e reproduzir em Timor-Leste hábitos institucionais e burocráticos apreendidos nos países que os acolheram durante o período de exílio. Diferentes ideologias lingüísticas estão associadas a essas práticas (SILVA, 2006:184).

Por vezes, esses fatores propiciam embate também entre os membros dirigentes do país, caracterizando assim a arena política como um cenário de disputas ideológicas e de poder. Por outro lado, não foram todos os timorenses que possuíram a oportunidade de vivenciar a realidade de outros países. Desta forma, muito das pessoas que acompanharam os processos de ocupação da ilha de perto, encaram os acontecimentos de Timor por um viés diferenciado, e por vezes até se sentem ofendidos de estarem sendo representados por alguns timorenses que se mantiveram ausentes durante os períodos de crise no país e hoje ocupam cargos significativos no governo. Esse aspecto pode ser constatado nos discursos de dois dos meus interlocutores, que por sua vez demonstravam uma proximidade pessoal maior com as questões políticas de Timor.

Mesmo assim, apesar das diferenças existentes na trajetória de vida desses indivíduos, são todos pertencentes a uma mesma totalidade social, neste caso, apenas amparados por preceitos distintos quando analisam as condições estruturais de Timor. É claro que a experiência no exterior também condiciona hábitos distintos através do contato diário estabelecido com a alteridade. Inclusive, muitos timorenses se afastaram dos costumes típicos de Timor após morarem um tempo no estrangeiro. Aspectos como estes foram relatados por alguns de meus entrevistados ao expressarem seus sentimentos com relação à configuração da atual direção do país, do cenário de disputas entre as elites dirigentes.

No entanto, o fato de diferentes setores da população leste-timorense ter vivenciado ocasiões distintas e ter reagido a cada uma delas de maneira muito própria, não representa um empecilho à constituição da nação Timor-Leste, tendo em vista que uma das funções desempenhadas por um Estado dirigente consiste em organizar a diversidade presente em seu território.

É importante observar também que o próprio processo de colonização produz identificações através da transmissão de valores e outros elementos que atuam como referencia para se (re)pensar as condições e relações existentes entre colonizados e colonizadores. Nesse sentido, acredito que a literatura sobre relações interétnicas é bastante elucidativa desta situação e nos permite melhor observar a maneira pela qual os processos de identificação são construídos pelos sujeitos, na tentativa de pensar e delimitar o eu em oposição ao outro (alteridade).

Nesse sentido, termino aqui o primeiro capítulo para dar continuidade a uma discussão mais aprofundada sobre a constituição dos processos identitários desenvolvidos ao longo da história de Timor e assim elucidar alguns dos múltiplos caracteres envolvidos no campo de elaboração da imagem nacional do país, particularmente o que diz respeito ao lugar atribuído as experiências coloniais na constituição dos processos de identificação nacional, tal como manifestos por um grupo de timorenses em situação de migração temporária.

3. Capítulo II – Colonialismo e Identidade

Para entendermos os processos de identificação de uma população, devemos considerar que estamos tratando de fenômenos contínuos e descontínuos, construídos na trama histórica das ações diárias e cotidianas dos indivíduos, de suas experiências pessoais e pelos contextos compartilhados e vivenciados por cada um deles. Não se tratam de fatos fixos, de objetos bem delimitados e situados dentro de uma realidade apenas. Ao contrário, a noção de identidade se refere muito mais a momentos, etapas de identificação dos indivíduos e grupos em diversas situações, em espaços concretos e imaginados (Anderson, 2011), tendo em vista a variedade de fenômenos que caracterizam uma vida social, tal como a noção de pertencimento constituída por meio do compartilhamento de uma língua e de tradições, por exemplo.

Nesse sentido, é igualmente importante se ater as caracterizações dos povos inicialmente presentes no território de Timor, uma vez que muito da formatação desses grupos ainda hoje se faz presente nas práticas sociais timorenses. No que diz respeito a organização desses grupos, sabe-se que:

The majority of the peoples of eastern Indonesia were formerly organized into small states that had their own rules or into local communities, often centered around particular cult sites, with chiefs and ceremonial leaders. These states or communities (which are referred to by various contributors as princedoms, domains, districts, or territories) were gradually incorporated by colonial governments (...) (FOX, 1980: 9).

As várias estruturas que compunham essas unidades locais ainda hoje atuam como referencia na constituição identitária da população timorense, fator esse constatado de forma especial em alguns dos discursos de meus interlocutores, a serem apresentados posteriormente, no capítulo três desta monografia.

Por esse motivo, acredito que haja a necessidade de se estabelecer um panorama histórico-contextual da realidade a ser analisada no intuito de tornar possível a constatação dos diversos níveis que a constitui, pois só assim os dados encontrados empiricamente adquirirão sentido ao longo da

análise. Nesse sentido, é conveniente “olhar” de perto alguns aspectos relativos aos períodos de colonização em Timor, uma vez que correspondem a momentos de intensa interação intercultural e de re-elaboração das estruturas sociais e ideológicas das realidades envolvidas nesse contexto.

Sendo assim, procurei nesse capítulo apresentar os principais preceitos analíticos que orientaram a minha análise, colocando-os em diálogo com os fatos históricos anteriormente apresentados, que a meu ver, interagem de forma mais direta com os processos de identificação apresentados nos discurso de meus interlocutores. Com isso, pretendo aproximar o leitor do contexto no qual retirei elementos para estabelecer as interpretações aqui apresentadas.

3.1 - Portugal em “Nós”: Apropriações Culturais¹⁶

Como comentado no capítulo anterior, a colonização portuguesa se caracterizou, em especial, pela relação desenvolvida com as elites locais timorenses. Não obstante, tratou-se de um momento de intensa interação, sendo um dos pontos principais de difusão dos valores e costumes de ambas as partes. Dessa forma, o sincretismo cultural característico da estrutura social daquele contexto, aparece como resultado de uma vivência estabelecida entre culturas.

De fato, esse processo de elaboração sócio-estrutural não diz respeito à sobreposição de um modelo de organização sobre o outro, mas sim, a uma etapa de adaptação a circunstâncias sociais específicas e exclusivas, onde características culturais dos povos em interação foram selecionadas e utilizadas na construção da nova arquitetura contextual que ali se originava. Daí o caráter misto da estrutura conjuntural colonial.

Parto do princípio de que a cultura “não pode ser representada como um “corpus unificado de símbolos e significados interpretados de maneira definitiva” (CLIFFORD & MARCUS, 1986, pg.19). Apoio-me nesse preceito por acreditar que “A cultura não é algo dado, posto; mas algo

¹⁶ Entendo aqui a categoria de cultura como sendo “essencialmente uma questão de idéias e valores, uma atitude mental coletiva.” (KUPER, 2002, pg.288).

constantemente reinventado, recomposto, investido de novos significados e é preciso perceber a dinâmica, a produção cultural” (CUNHA, 1986, pg.101).

Nesse sentido, é importante considerar o empreendimento colonial como possuidor de um funcionamento interativo muito próprio, articulado principalmente por meio de jogos de poder movidos pelos interesses que o compõe. Sendo assim, a promoção de educação nas colônias e a divulgação de informações específicas, por vezes, figuram como estratégias para a implantação de ideologias e incitação de um comportamento de colaboração e, em alguns casos, de submissão por parte dos colonizados frente ao empreendimento do agente colonizador.

Desta forma, chamo novamente a atenção para a noção de assimilado construída durante a presença lusitana em Timor e alhures. Além de instrução, essa categoria se remete a características que servem como aparatos para repensar a condição de ser timorense, de portar usos e costumes tradicionais. O que antes correspondia a atitudes interiorizadas de uma organização social alheia, passou a ser criticamente observada e reavaliada pelos sujeitos dentro daquele contexto de interação colonial. Não por menos, hoje é possível encontrar nuances no cenário social de Timor-Leste, da dicotomia constituída no passado entre o que é entendido como tradição e modernidade e a maneira pela qual esses aspectos são alocados nos espaços montanha e cidade. Faço referência aqui aos produtos culturais timorenses que foram revistos após a presença do colonizador europeu na ilha.

É importante lembrar que, ao longo da presença portuguesa em Timor, muito das relações estabelecida entre colonizador e colonizado se deu através da interação entre as autoridades lusitanas e os líderes locais. Essa proximidade com o invasor, além de proporcionar um status ainda mais superior à elite local, permitiu que esta preservasse o seu título de nobreza dentro da estrutura social timorense, assim como o seu acesso a determinados privilégios como, por exemplo, o acesso a

educação. Segundo as descrições do primeiro colégio fundado no sub-distrito¹⁷ de Soibada pelos portugueses no final do século XX, este era

Destinado não só a formação de professores catequistas como também a educação dos filhos de liurais. (...) Deste colégio saiam os primeiros letrados de Timor. Este novo grupo social, proveniente das camadas de liurais e dados¹⁸ e também do povo, mas em pequeno número, ganha uma grande influencia no meio das populações. Estes novos elementos saídos da sociedade tradicional são respeitados e admirados porque sabem ler e escrever. Embora a nobreza de sangue constituída por uma camada mais reduzida continue a deter o poder político, este novo grupo social, aos olhos do povo, é tão admirado ou mais por ter conseguido alcardorar-se dentro dos valores do colonizador (ARAÚJO, pg.5)

Esse processo de diferenciação se concretizou por meio da categoria de assimilado. Nesse sentido, o agente que se sobressaiu na composição identitária dos timorenses foi a Igreja Católica, considerando também a função de referência que o catolicismo desempenhou no momento em que foi requerido dos cidadãos de Timor o seu auto-reconhecimento religioso perante a presença dos indonésios na ilha, que por sua vez obrigavam a adoção à uma religião monoteísta (política do *Pancasila*).

É importante perceber também os valores e práticas que foram transmitidos por meio desta categoria e a maneira pela qual elas foram alocadas dentro da vida cotidiana dos timorenses, o que por vezes ocasionava percepções um tanto quanto etnocêntricas, de desvalorização da condição do colonizado. Partindo do preceito de que as categorias ideológicas são estruturas vulneráveis às conjunturas sociais, acredito que essa noção ainda hoje esteja presente no imaginário timorense, porém em uma roupagem diferenciada, na qual os elementos estruturantes da concepção de assimilado tenham sido substituídos por outros convenientes ao atual contexto.

Esse fato pode ser encontrado, por exemplo, nos discursos daqueles timorenses que passaram pela experiência de viver em outros países e conseqüentemente tiveram acesso a aparatos simbólicos (valores, idéias, concepções) que os fizeram reavaliar aspectos tipicamente pertencentes ao contexto social de Timor. Nesse sentido, por vezes, a parte da população que não teve essa mesma

¹⁷ Distrito e sub-distrito dizem respeito a divisões utilizadas para delimitar regiões administrativas no território de Timor-Leste.

¹⁸ “Indivíduos pertencentes a nobreza, no seio da qual eram eleitos liurais” (ARAÚJO, pg. 9)

oportunidade de estabelecer um convívio com práticas essencialmente ocidentais, são alocadas em posições subalternas, tanto no que diz respeito à distribuição territorial (moradores da montanha), quanto à distribuição dos papéis sociais, geralmente ocupando cargos pouco remunerados, considerando que os cargos significativos do país são ocupados por timorenses que tiveram parte de sua vivência no exterior, muitas vezes por terem dado continuidade aos seus estudos em outros países.

Os retornados, em sua maioria, ocupam posições de autoridades políticas ou estão incorporados à máquina administrativa na qualidade de internacionais. (...) Na perspectiva dos retornados, os timorenses de dentro são, em sua maioria, incompetentes e indisciplinados (SILVA, 2006, pg.180)

De fato, as transformações consolidadas na sociedade timorense durante o período de colonização de seu território, se propagaram ao longo do tempo conforme se apresentaram necessárias à manutenção do grupo. Na verdade, parto da concepção de que os sujeitos possuem agência na seleção do que é conveniente a sua reprodução enquanto grupo social.

Apesar da adoção de muitas características do que lhe é novo e descoberto por meio do contato com a alteridade, não se pode entender o processo de interação colonial como um momento onde ocorre uma “espécie de assimilação mecânica dos elementos culturais incorporados. (...) A realidade cultural nova deve ser analisada em função da situação” (BALANDIER, 1993, p.120-122). E a meu ver, é exatamente essa contextualização do objeto que nos provê aparatos adequados para interpretarmos e compreendermos os processos de identificação desenvolvidos pelos grupos nacionais, tais como o desenvolvimento do sentimento de pertença e a adoção de uma língua e tradição em comum.

Em minha experiência de campo com os estudantes timorenses, os acontecimentos históricos, principalmente os que diziam respeito aos períodos de colonização de Timor, eram utilizados como parâmetros estruturantes de seus discursos. Essa oposição entre o antes e o pós-colonial é típico da modernidade, considerando o contexto de auto-crítica e reavaliação das posições sociais propiciado

após a reformulação da organização do país, como sendo produto de sua nova condição de Estado-Nação independente.

Outro aspecto que considero importante colocar é que o fato de Timor-Leste ser um dos membros da CPLP já requer uma postura diferenciada do país com o seu passado de colônia portuguesa. No caso de Timor, ao nos voltarmos para a observação da forma pela qual estão sendo construídas as referências nacionais, podemos perceber que, na verdade, os elementos históricos, sociais, políticos, culturais, dentre outros, são selecionados e utilizados pelos sujeitos como referência na estruturação de seus imaginários de diversas maneiras possíveis, podendo variar conforme os interesses, trajetórias pessoais, enfim, conforme a realidade vivenciada por eles próprios, de acordo com o lugar que ocupam na estrutura social e na estrutura de poder local.

3.2 - E a Indonésia?

Podemos dizer que o período de ocupação indonésia no país foi um dos fenômenos que exerceu um papel determinante na configuração das percepções nativas, uma vez que o conflito civil estabelecido ao longo deste episódio ocasionou uma espécie de segregação social e fez com que muitos dos valores vigentes naquela situação fossem revistos e re-significados no momento em que adquiriram independência da Indonésia. O fato de ter ocorrido muitas migrações durante essa época também contribuiu para o aumento da diversidade ideológica em Timor, uma vez que, ao retornarem, esses emigrantes trouxeram consigo uma bagagem de capital simbólico a mais, distinto da de seus conterrâneos, o que nesse contexto lhes proporcionou uma posição privilegiada perante os assuntos de interesse público. Entende-se aqui capital simbólico como sendo todas as informações adquiridas por meio da experiência em diferentes contextos na formação pessoal dos indivíduos.

No entanto, vale dizer que apesar do período indonésio ter sido um momento de perda para muitas pessoas, são muitas as interpretações elaboradas sobre o assunto e nem sempre elas são construídas por meio dos aspectos negativos desse contexto. Gostaria de registrar aqui um momento

em específico, quando ao falarmos sobre educação, um dos estudantes me explicou em que sentido o governo indonésio, em sua opinião, foi tão fundamental para o desenvolvimento de Timor e dos timorenses. Segundo ele, a presença indonésia na ilha, apesar de extremamente violenta, popularizou o acesso as escolas, assim como investiu muito na melhoria da infra-estrutura das cidades. Aspectos esses que, em sua perspectiva, não foram observados no período português, onde a educação era restrita a um grupo específico de *liurais*, catequistas e seus descendentes.

De fato, poucos eram os timorenses fora desse ciclo que conseguiam ingressar nas escolas fundadas durante a colonização lusitana. Essa elaboração comparativa entre os períodos históricos feita por meu interlocutor me chamou muito a atenção e me fez reconhecer a importância de se considerar os fatos passados como mobilizadores e estruturantes da forma de se pensar e interpretar a realidade timorense por parte de seus cidadãos no momento presente.

Ao utilizar em minha análise relatos de vida muito específicos, constatados por meio das entrevistas realizadas com os estudantes, parto do princípio que “A vida de uma pessoa é um fenômeno temporal, localizado em um mundo espacializado de ação que a pessoa está construindo e do qual é parte” (DENZIN, 1984:34). Sendo assim, é igualmente importante considerar o lugar de fala de cada um dos meus interlocutores, no intuito de se elaborar uma interpretação contextualizada e embasada dos dados, a fim de evitar equívocos e generalizações ao lidar com as informações providas por esses sujeitos, por sua vez, representantes de uma esfera muito específica da sociedade timorense.

3.3 - O Lugar da Nação no Papel de Referência Identitária

Ao objetivar aqui dissertar sobre os processos e categorias envolvidos no fenômeno de identificação dos sujeitos e na identidade nacional timorense, procurei enfatizar a condição híbrida, fluida e variada da temática em questão, utilizando para isso, dados constatados em campo. Desta forma, estarei, ao mesmo tempo, restringindo e especificando o objeto de análise dessa monografia

que, a propósito, corresponde a um setor muito específico da sociedade de Timor, o dos que tiveram a oportunidade de aprimorar suas formações profissionais no exterior, neste caso, no Brasil.

Segundo Laclau, “as sociedades da modernidade tardia são caracterizadas pela “diferença; elas são atravessadas por diferentes divisões e antagonismos sociais que produzem uma variedade de diferentes “posições de sujeito” - isto é, identidades - para os indivíduos” (HALL, 2004 apud LACLAU, 1990:40).

Essa perspectiva ajuda a compreender grande parte das distinções existentes entre as concepções dos grupos timorenses que compõe o Estado nacional. Como comentado no capítulo anterior, o fluxo migratório de timorenses para o exterior condiciona a formação de cidadãos por meio de perspectivas diferenciadas, o que resulta em diferentes formas de se pensar a mesma realidade e conseqüentemente, de dirigi-la.

Nesse sentido, se analisarmos por um viés político e ideológico, podemos dizer que a nação corresponde a um espaço de disputas, onde idéias, valores, práticas sociais são construídas e reinventadas de diversas formas, conforme a conveniência do contexto social em questão. Estes elementos constituem aparatos utilizados por cada um dos sujeitos sociais quando eles elaboram a sua auto imagem. Da mesma maneira, ocorre quando se dá a invenção da imagem de uma nação.

Sendo assim, pode-se dizer que essas noções identitárias são sempre construídas e incompletas, não são conceitos estáticos, dados. E talvez por essa adaptabilidade, um mesmo fato social permeie de maneiras distintas os vários ramos do imaginário coletivo de uma população nacional. Daí também surge a necessidade do pesquisador “(...) resgatar a plena historicidade dos sujeitos históricos, descrever como eles estão imersos e como se constituem em cada ambiente líquido (as épocas e os ecúmenos)” (OLIVEIRA, 1999:106).

Por ser um país de independência recente, Timor ainda vive um momento onde o fortalecimento de suas estruturas como nação (língua, educação, território, entre outros) é prioridade. E isso diz respeito não só aos investimentos financeiros na economia do país, mas também a constituição de sua imagem no cenário nacional e internacional como um território reconhecido, com seu próprio governo, com sua própria cultura, com sua própria identidade, sabendo que: “A identidade remete a uma norma de vinculação, necessariamente consciente, baseada em oposições simbólicas.” (CUCHE, 1999, pg.176). E é exatamente por meio desse caráter objetivo e de contraposição das configurações identitárias que eu procurei dialogar com os dados empíricos de minha pesquisa e com a literatura feita sobre as condições históricas e sociais da parte leste da ilha de Timor.

No entanto, apesar de toda a diferença existente na trajetória de vida desses grupos, eu acredito que haja estruturas em comum que perpassam o imaginário dos cidadãos timorenses. E a meu ver, é exatamente nessas semelhanças que o Estado encontra a força e a coesão necessária para a construção de uma unidade nacional. Desta forma:

“O que está subjacente à manifesta variedade que constitui a organização cultural real de qualquer região ou país, mesmo no mais homogêneo, é a crença arraigada de que para além de toda a diversidade interna pode-se encontrar num estrato mais profundo, um filão aglutinador e especificante”(MOREIRA, 1996: 30).

Talvez por esse motivo e condicionado pela situação de independência recente, o Estado timorense procure estabelecer, no atual momento, discursos (políticas) de unificação nacional, e não tanto de valorização das diversidades abarcadas em seu território.

Porém, não devemos pensar os grupos nacionais (nações) como unificados, mas sim como constituindo um dispositivo discursivo que representa a diferença como unidade ou identidade. Eles são atravessados por profundas divisões e diferenças internas, sendo integrados apenas através do exercício de diferentes formas de poder cultural. Sendo assim, podemos dizer que “as nações

modernas são, todas, híbridos culturais” (HALL, 2004:62) e por trás da idéia homogênea de identidade nacional estão abrigadas as mais diversas variedades que se pode imaginar ao se tratar de cultura e organização humana.

Acontecimentos históricos e memórias sociais se entrelaçam formatando identidades. Nesse sentido, é importante considerar que: “A memória, por também ter características coletivas, assume funções tais como de identificação cultural, de controle político-ideológico, de diferenciação e de integração” (DIEHL, 2002:121)

É fundamental salientar também que a nação não é apenas uma entidade política, mas algo que produz sentidos - um sistema de representação cultural. As pessoas não são apenas cidadãos legais de uma nação; elas participam da idéia da nação tal como representada em sua cultura nacional. Uma nação é uma comunidade imaginada e simbólica e é isso que explica seu “poder para gerar um sentimento de identidade e lealdade” (HALL, 2004 apud SCHWARZ, 1986:106).

Amparo-me na idéia de Anderson de que tanto a condição nacional quanto o nacionalismo são produtos culturais específicos e “para bem entendê-los, temos de considerar, com cuidado, suas origens históricas, de que maneira seus significados se transformaram ao longo do tempo, e por que dispõem, nos dias de hoje, de uma legitimidade emocional tão profunda.” (ANDERSON, 2011:30). Desta forma, dediquei-me especialmente a compreensão dos eventos sócio-históricos presentes na história de Timor e na memória de seus habitantes, observando a maneira pela qual os sujeitos se apropriam destes (re)significando-os, ao formatarem suas identidades conjunturais e se incluem em um projeto de identidade nacional atualmente formulado.

3.4 - Reflexões sobre Pertença

No caso de uma identificação de caráter nacional, muitas são as categorias selecionadas como relevantes e o grau de importância atribuído a cada uma delas varia de acordo com a posição que elas

assumem nos diferentes estratos que compõe a estrutura social. O lugar onde os indivíduos e, conseqüentemente, os grupos se situam na sociedade determina a maneira pela qual os acontecimentos históricos serão vivenciados e concebidos por estes atores, filtrados por uma memória, podendo esta ser compartilhada ou não.

Pude constatar esse aspecto após analisar minuciosamente as características do discurso de cada um dos meus interlocutores. Um dos pontos que muito me chamou a atenção, diz respeito às diferenças existentes em perceber as práticas sociais nativas de acordo com os seus distritos de origem. Como tive a oportunidade de entrevistá-los conjuntamente, em um mesmo momento, pude perceber estas distinções nitidamente.

Um dos estudantes, em especial, me falou bastante sobre o costume do *barlake*, uma prática típica de Timor que consiste na efetivação de um contrato matrimonial segundo os usos e costumes tradicionais de cada região do país. Conforme ele ia me descrevendo e explicando a maneira como se desenvolvia a cerimônia, eventualmente os outros estudantes interferiam no sentido de elucidar que tal e tal aspecto em específico se referia apenas ao distrito de origem do narrador e que, no entanto, em seus distritos não era bem assim.

Quando isso aconteceu, tive a impressão de que a intenção destes estudantes em demonstrar as peculiaridades existentes entre os distritos não era simplesmente no sentido de me deixar informada sobre o assunto, mas, sobretudo, no intuito de se posicionar e se diferenciar entre eles perante a minha pessoa, era um esforço de construir suas diferenças identitárias.

Esse aspecto me tornou extremamente sensível e cuidadosa ao lidar com a categoria de timorense, demonstrando que esta trata de um universo muito amplo e diverso, no qual estão implicados os mais variados sentidos, contextos e interpretações das várias realidades de um povo (também plural) situado dentro do território de Timor-Leste.

É importante considerar também de que forma a experiência de migração, mesmo que temporária, condiciona a construção de percepções sobre o contexto de Timor. De fato, muito do que esses cidadãos vivenciaram no exterior condicionam as suas interpretações sobre os fatos sociais de seu país, o que por vezes implica na produção de juízos de valor extraordinários com relação ao posicionamento dos cidadãos que permaneceram em Timor, podendo estes serem classificados como “tradicionalistas” por não terem um grau de educação razoável e serem portadores dos usos e costumes.

Esse aspecto pode ser entendido, inclusive, como uma herança colonial, uma vez que adjetivações desse tipo já eram atribuídas a população local de Timor no estatuto do indigenato elaborado pela metrópole portuguesa durante o regime Salazarista. “No essencial, essa imagem refere-se ao atraso civilizacional do indígena em relação à cultura portuguesa e a certas características que justificam a política colonial” (MOUTINHO, 2000:60). Além das diferenças ideológicas, essas divisões internas constituídas pelo poder simbólico, representam também um fator de estratificação social.

No entanto, vale salientar que as experiências coloniais não foram vivenciadas de forma igualitária por toda a população. Como comentei anteriormente, houve determinados estratos sociais que estabeleceram uma relação privilegiada com o colonizador e com isso obtiveram a oportunidade de incrementar as suas formações pessoais através dos estudos.

Sendo assim, a realização de uma pesquisa sobre a formação das elites em Timor se apresenta como uma boa estratégia metodológica na análise dos capitais simbólicos que acentuam os processos de diferenciação social, ao mesmo tempo em que permite a apreensão dos papéis desempenhados por muitas das instituições coloniais. Porém, quero dizer que os dados aqui apresentados correspondem a uma visão particular de Timor e que as opiniões expressas pelos entrevistados não representam a totalidade e o consenso sobre os assuntos aqui abordados.

Desta forma, finalizo este capítulo de explorações essencialmente analíticas para iniciar o próximo momento desta monografia, que corresponde principalmente a descrição do meu trabalho de campo e da apresentação dos aparatos teóricos que fiz uso para amparar a interpretação dos dados recolhidos. Também procurarei descrever os sujeitos entrevistados no intuito de situar melhor o leitor acerca das colocações e abordagens desenvolvidas neste segundo capítulo.

4. Capítulo III – Campo Etnográfico

Conforme proposto na introdução deste trabalho, dedicarei este capítulo à descrição do campo etnográfico realizado entre os anos de 2009 e 2010. Optei por expor os discursos dos timorenses conforme os temas abordados por cada um deles, por isso divido em sub-tópicos temáticos a análise que elaborei com relação aos seus conteúdos. Por uma questão de organização, dividi a descrição do campo entre os alunos de Brasília e os de Goiânia. Antes disso, procurei demonstrar a metodologia utilizada em campo. Em seguida, elaboro uma breve apresentação de meus interlocutores, onde explico a maneira pela qual constitui minha rede de informantes, assim como tive acesso a essas pessoas. Nas considerações finais, sintetizei os aspectos gerais das condições de realização da pesquisa de campo através do registro de minhas impressões particulares.

A proposta inicial consistia em analisar os processos de identificação nacional e pessoal nos quais os timorenses entrevistados estavam inseridos, observando para isso, a trajetória de vida desenvolvida por cada um deles até o momento de suas estadias no Brasil. Assim a formulei considerando que ter conhecimento das instituições e valores dos quais estas pessoas se constituem como sujeitos sociais é de fundamental importância para tornar inteligíveis suas posições dentro da estrutura e realidade de Timor, fatores esses que são essenciais no processo de contextualização dos discursos produzidos pelos interlocutores, assim como na interpretação dos elementos que os compõem.

A tentativa de apreender as categorias, os eventos, os contextos por meio do qual os entrevistados se pensam e elaboram suas falas em um momento de migração temporária, foi fundamental no esforço de compreender as conexões existentes entre a constituição da memória e o estabelecimento dos processos de identificação. Nesse cenário, as categorias coloniais operaram como referências centrais na elaboração das falas e idéias expressas pelos interlocutores. Não por menos, ao descrever os discursos dos entrevistados, faço uso de fatos históricos relativos ao processo

de colonização portuguesa e ocupação indonésia em Timor, no intuito de prover um pano de fundo as questões levantadas nos relatos em análise.

4.1 - Descrição Metodológica do Campo Etnográfico

A metodologia por mim utilizada em campo consistiu principalmente na realização de entrevistas. Baseada na literatura previamente revistada, eu elaborei um pequeno questionário com algumas perguntas chave para o desenvolvimento das entrevistas que me serviu apenas como um roteiro para amparar o meu diálogo com os estudantes, caso fosse preciso. Procurei não fazer perguntas muito específicas nem muito direcionadas a fim de influenciar o mínimo possível as respostas dos interlocutores com os meus interesses e concepções acerca dos assuntos que foram abordados ao longo das conversas.

Comecei as entrevistas sempre me apresentando como estudante de ciências sociais que estava pesquisando sobre Timor e que tinha o interesse em conhecer um pouco mais a história de vida dos timorenses que atualmente se encontravam como estudantes no Brasil. No início da conversa pedi a eles que me falassem um pouco mais sobre as suas histórias de vida, sobre as suas experiências no Brasil e de que lugar de Timor eles eram. Sendo assim, procurei expor neste capítulo algumas características que constatei nos discursos dessas pessoas e que não obstante considero importante no desenvolvimento da compreensão das categorias anteriormente selecionadas para discussão. No entanto, vale ressaltar a fertilidades de todas as informações que foram apreendidas em campo e por isso a possibilidade de amplas abordagens ao fazer uso de cada uma delas.

4.2 - Estabelecendo Contato

Tendo decidido elaborar o campo prático de pesquisa através de diálogos com os timorenses presentes no Brasil, a primeira providência a ser tomada foi conseguir informações sobre a localização destes para então estabelecer contato. Desta forma, fui até a embaixada de Timor-Leste

verificar as possibilidades de adquirir esses dados. Apresentei-me ao Embaixador como estudante de ciências sociais que estava pesquisando a trajetória de vida dos estudantes timorenses que vieram até o Brasil dar continuidade aos seus estudos. Perguntei a ele sobre a possibilidade de me fornecer o contato de alguns desses estudantes. Desta forma, ele então me entregou uma lista que continha o nome e o e-mail de vários timorenses, assim como os estados brasileiros em que se encontravam naquele momento. E foi através dessas pessoas que eu dei início ao meu campo etnográfico.

Tendo em vista o pouco recurso disponível para a realização da pesquisa, tracei como plano estratégico investir em uma relação com os timorenses presentes em Brasília e em Goiânia, considerando a proximidade entre os estados. Desta forma, enviei um e-mail para dois estudantes que estavam residindo nas respectivas cidades. Iniciei o campo entrevistando os timorenses presentes em Brasília para me familiarizar com o andamento da pesquisa e recolhimento dos dados. Paralelamente fui comunicando-me por e-mail com outro timorense que encontrava-se em Goiânia.

No total, tive a oportunidade de entrevistar 11 timorenses. Três deles residiam em Brasília, enquanto oito situavam-se em Goiânia, local onde permaneci por três dias, apenas. Não prolonguei minha estadia lá devido a indisponibilidade dos estudantes em me acompanhar por mais tempo. Naquele momento, muitos deles estavam na fase final de seus mestrados, estando, por este motivo, muito ocupados e com pouco tempo para disponibilizar a minha pessoa. No entanto, tive a oportunidade de reencontrar com alguns deles em outro momento, quando retornei a Goiânia para recolher dados para um projeto de iniciação científica (PIBIC)¹⁹ que eu estava desenvolvendo naquele momento. Também pude rever dois timorenses que se encontravam em Brasília: a diplomata e o filho do embaixador.

¹⁹Artigo produzido no âmbito desse projeto – Estudantes Leste-Timorenses no Brasil: Notas sobre Trajetórias Sociais e Reprodução de Elites.

4.3 - Campo em Brasília: Contexto político timorense?

O primeiro timorense com quem tive a oportunidade de conversar foi o filho do Embaixador de Timor, que além de acompanhar a família, estava fazendo o seu mestrado em uma universidade particular da cidade. Apresentei-me a ele como estudante de ciências sociais que estava realizando uma pesquisa sobre Timor e marcamos um encontro informal para que ele me falasse um pouco mais sobre seu país. Naquele contexto, procurei ser o menos objetiva possível, no intuito de obter qualquer tipo de informação que me ajudasse a delimitar a sua posição de fala dentro do cenário complexo da nação timorense.

Utilizei esta mesma estratégia de diálogo com outras duas timorenses as quais tive a oportunidade de conhecer e que também residiam em Brasília. Uma delas era diplomata timorense que veio até o Brasil aperfeiçoar sua formação no Instituto Rio Branco²⁰. A outra veio com os filhos acompanhar o marido que estava cursando a pós-graduação na Universidade de Brasília (UnB), sendo ela também estudante de mestrado desta mesma universidade, no âmbito do CEPPAC.

Neste primeiro momento de conversa com os timorenses, pude perceber algumas peculiaridades entre eles. O primeiro por mim entrevistado demonstrou uma intensa relação com a religião católica. Em muitos momentos de seu discurso, a religião aparecia como fator explicativo de suas colocações. Afirmou ainda que grande parte de sua formação se deu em escolas católicas. Nesse sentido, propus pensar a relação estabelecida entre as elites timorenses e a igreja católica portuguesa, estabelecendo uma conexão com a categoria de assimilado que representava uma diferenciação positiva pelo fato de ser “civilizado” ou “educado” conforme os padrões europeus.

Além disso, ele me falou ainda que alguns tios haviam seguido a vida religiosa, tornando-se diáconos. Inclusive, o seu pai havia sido seminarista e teve sua formação em escolas portuguesas,

²⁰ Instituto fundado em 1945, responsável pela seleção e treinamento dos diplomatas brasileiros, ligado ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

dentre elas, o colégio de Soibada²¹. Assim, podemos pensar também de que forma o legado do colonialismo português aparece como determinante na formação de estratificações sociais em Timor, uma vez que condicionou oportunidades de acesso à educação diferenciada para a população timorense. Esse ponto é igualmente importante para se compreender a maneira pela qual se dá a seleção de elementos eleitos na memória dos indivíduos e que figuram também como referencia na constituição identitária dos sujeitos que a operam.

Chamo a atenção também para o domínio da língua portuguesa. O meu interlocutor comentou que desde criança o seu pai lhe ensinou português, o que na época já era um diferencial, tendo em vista que a língua oficial vigente naquele momento, década de 80, era o bahasa indonésio. Não obstante, vale observar também qual o lugar ocupado por esse capital simbólico no atual contexto estrutural de Timor, onde apesar do português ser um dos idiomas oficiais, grande parte da população é analfabeta e a língua mais falada no país ainda é o tétum.

A segunda pessoa que entrevistei foi a diplomata timorense. Consegui o seu contato através de uma amiga que a conhecia do Rio Branco. Também me apresentei a ela como estudante de ciências sociais que estava elaborando uma pesquisa sobre Timor-Leste. O nosso primeiro contato se deu através de e-mail, onde perguntei se poderíamos nos encontrar para que ela me contasse um pouco mais sobre Timor, sobre sua trajetória até chegar ao Brasil. E assim foi feito.

Passamos uma tarde inteira conversando, quando ela contou-me sobre sua vida, sobre os momentos de crise em Timor. Todo o seu discurso foi embasado na sua participação no movimento de resistência nacional contra a ocupação indonésia no país. A narrativa era construída sempre com referência aos acontecimentos políticos de Timor. Até os seus assuntos pessoais, ela os correlacionava ao que se sucedia na esfera política da ilha durante a presença indonésia. Ao falar de sua vida, sempre se referia ao contexto de luta e de guerra a qual estava inserida naquele momento.

²¹Sub-distrito de Timor.

Disse ter sido membro da resistência e participado ativamente na reconquista da independência de Timor. Um aspecto interessante foi que em momento algum eu a questioneei ou aludi sobre os fenômenos políticos de Timor. Ela mesma elaborou sua fala voltada para esse lado, ressaltando a sua participação na luta pró-independência. E foi por meio desse engajamento que ela justificou sua trajetória até chegar ao Brasil e sua atual posição, não só como diplomata, mas como mulher timorense que teve a oportunidade de continuar seus estudos e que lutou pela independência de sua pátria.

Nesse sentido, é importante perceber o reconhecimento dado ao movimento de resistência nacional no contexto de Timor e como os acontecimentos sociais amparam e mobilizam a memória atuando como fontes de referência nos processos de auto identificação produzidos pelos sujeitos. Talvez pelo contexto de construção da nação e de independência recente em que o país se encontra, reparei ao longo das entrevistas que aspectos históricos, especialmente os relativos a colonização da ilha, são referências muito utilizadas pelos entrevistados para estruturar seus discursos ao descreverem suas trajetórias pessoais, podendo variar o elemento selecionado para receber ênfase em suas narrativas. Desta forma, é interessante notar que:

O processo identitário individual (...) diz respeito as diversas maneiras pelas quais indivíduos tentam dar conta de suas trajetórias (familiares, escolares, profissionais...) por meio de uma "história", no intuito, por exemplo, de justificar sua "posição" em dado momento e, às vezes, antecipar seus possíveis futuros (DUBAR, 1998).

Outro ponto importante de seu relato diz respeito às desavenças e rupturas familiares que se sucederam como consequência da sua escolha pelo caminho da resistência. Segundo ela, alguns de seus parentes preferiram adotar uma postura não oposicionista à ocupação indonésia no país. Vale dizer que tal acontecimento foi recorrente, de certa forma, em muitas outras famílias em Timor, considerando que este período comprometeu em alguma medida a estabilidade da estrutura social do país uma vez que requereu medidas alternativas por parte das pessoas para sobreviverem às adversidades daquela situação hostil.

Nesse sentido proponho pensar de que forma as tradições e costumes adotados pelos timorenses se reestruturaram e qual o lugar que esses aspectos passaram a ocupar na vida cotidiana dessas pessoas ao longo do tempo. Por outro lado, também acho interessante perceber o significado que reveste o (auto) reconhecimento de um membro da resistência e de que maneira esse aspecto atua como um capital diferenciador dentro da estrutura moderna do Estado-Nação de Timor.

Baseando-me na primeira entrevista realizada com o filho do Embaixador de Timor e considerando a grande incidência do catolicismo em seu discurso, perguntei a diplomata sobre religião. Ela, por sua vez, afirmou nunca ter sido muito religiosa. Diferentemente do meu primeiro interlocutor, em momento algum de seu discurso a igreja apareceu como um mobilizador de memória e de identidade importante, a não ser quando ela comentou sobre o papel que esta instituição desempenhou ao ceder espaço para que os resistentes pudessem se encontrar clandestinamente. Sendo assim, acho importante se ater também às diferenças existentes entre as perspectivas dos sujeitos entrevistados, chamando a atenção para as diversas formas que uma mesma instituição ou um acontecimento histórico pode assumir nas percepções desses sujeitos sociais.

Esse fato é um reflexo de como uma realidade pode ser vivida de múltiplas maneiras. Podemos dizer que através dessas vivências pessoais distintas surge a variabilidade existente entre as noções sobre o que seria mais apropriado a ser propagado e instituído pelo Estado timorense em sua gestão, por exemplo. A meu ver, esse ponto é fundamental dentro do que propus discutir, uma vez que a divergência se estende a todos os demais campos da sociedade e não só a política. Pode-se afirmar que esta já participa como um componente estratégico para se pensar o eu em oposição ao outro, daí o desafio de se constituir uma identificação nacional padronizada.

Seguindo essa idéia de afirmação identitária no sentido de se auto definir em oposição ao outro, nos deparamos mais uma vez com o catolicismo atuando como referência no processo de identificação de muitos timorenses. Alguns autores afirmam que “a adesão da população ao

catolicismo, para além de responder às exigências colocadas pelo Estado indonésio, operou também como uma fonte de resistência política e identitária ao agente invasor” (SILVA, 2007:216). Desta forma, é válido reconhecer a importância que a Igreja Católica possui na história de Timor e conseqüentemente, no imaginário social deste povo. No entanto, devemos estar atentos às diversas possibilidades de significar o papel atribuído a esta instituição, fator este muito bem demonstrado na diferença de perspectivas apresentadas por meus interlocutores, por exemplo, onde a Igreja aparece tanto como uma referência no processo de formação educacional e moral, quanto uma instituição de importante contribuição política no processo de resistência nacional do país.

Já a terceira timorense que pude entrevistar encontrava-se no Brasil com seus quatro filhos, acompanhando o marido que estava a realizar um curso de pós-graduação na Universidade de Brasília. Consegui contatá-la através de seu e-mail. Assim como havia feito com os timorenses anteriormente entrevistados, pedi a ela que me contasse sobre sua trajetória até vir ao Brasil e, caso considerasse possível, fornecesse-me informações sobre o seu país conforme ela achasse interessante, com os pontos que ela própria julgasse conveniente. Em nosso primeiro encontro, me falou um pouco sobre a sua história pessoal de vida, sua graduação na Indonésia, assim como comentou sobre sua experiência como mulher no que diz respeito aos costumes de Timor, mais especificamente com relação ao casamento.

Sendo assim, durante sua narrativa, descreveu-me os procedimentos e preparatórios envolvidos na consolidação de seu matrimônio, destacando o costume do *barlake* e a noção de compromisso estabelecida entre as famílias. Nesse momento, perguntei a ela quão importante era a realização deste ritual e se era algo opcional, onde os noivos poderiam escolher em adotá-lo ou não. Ela me explicou que isso varia conforme o distrito de Timor, sendo uns mais rigorosos do que outros no que diz respeito a execução do que é prescrito pelo costume do *barlake*. Nesse sentido, perguntei se ela gostaria que seus filhos se casassem conforme os procedimentos prescritos por este ritual. Como resposta me disse que eles, sendo pessoas “estudadas e instruídas”, não necessitariam se

submeter a este costume, uma vez que diz respeito a algo relacionado às pessoas que são “tradicionais”.

Esse fato muito me chamou atenção e me fez refletir especialmente sobre o lugar atribuído as práticas nativas no imaginário de alguns timorenses. Nesse sentido, me fez pensar sobre a alocação dada aos aspectos tidos como tradicionais pelo povo de Timor e qual seria a divisão estabelecida entre o que é considerado no contexto nacional como tradicional e o que é classificado como moderno. De certa forma, esse aspecto também me atentou para a segregação existente entre moradores da montanha e moradores da cidade, e me fez questionar se essa categorização estaria sendo apoiada, dentre outros elementos, pelo pilar da educação, esta entendida aqui como formação acadêmica. A compreensão desse ponto é importante inclusive para situar os meus interlocutores no contexto de Timor, uma vez que suas condições correspondem a uma pequena parcela da população timorense com relação ao grau de instrução, tendo em vista o alto índice de analfabetismo no país.

Outro fator que gostaria de destacar diz respeito ao sincretismo que transpareceu no momento em que minha interlocutora descreveu os procedimentos de seu casamento. Do mesmo modo que foram desenvolvidas todas as etapas do que havia sido combinado entre as famílias do noivo e da noiva com relação ao *barlake*, igual atenção foi dada a organização da cerimônia religiosa na igreja católica, o que segundo a narradora, foi parte imprescindível no estabelecimento de seu matrimônio. Nesse sentido, chamo a atenção para a maneira pela qual as esferas integrantes do sistema cultural do território de Timor são vivenciadas e se formulam através do tempo, de acordo com a dinâmica social que se desenvolve pelos anos.

Desta forma, temos bastante presente o elemento colonial, que por sua vez, se estabelece não só através da implantação de novos hábitos, mas também por meio de valores e concepções que são interiorizadas, passando a permear o imaginário do colonizado. É importante considerar também que a forma pela qual se dá esse procedimento de reconstrução e re-elaboração de hábitos, varia de

acordo com a região, com a posição dos sujeitos dentro da estrutura social colonial. Por isso a importância de se estar contextualizando sempre as informações adquiridas em campo, no intuito de situar as posições de fala e assim compreendermos a significação embutida nas afirmações construídas pelo narrador entrevistado.

Outro ponto do discurso de minha interlocutora que gostaria de destacar, diz respeito a sua participação em um movimento de organização da resistência timorense que se deu na Indonésia, no ano de 1987, quando ela estava a cursar sua graduação em Bali. Segundo ela, nas reuniões deste grupo se discutia a situação de Timor e se planejava estratégias de atuação para barrarem o avanço da ocupação estrangeira na ilha. Nesse sentido, assim como constatado no discurso da diplomata anteriormente entrevistada, a referência de participação na resistência constituída contra a dominação indonésia no território de Timor aparece mais uma vez como fator importante no que diz respeito a alocação do sujeito no contexto não só político, mas também social do país. A propósito, um ponto em comum observado entre meus interlocutores entrevistados em Brasília, é o envolvimento pessoal desenvolvido com as questões políticas de Timor.

Na verdade, o passado colonial ainda é muito vívido no cotidiano dos timorenses. Além da língua indonésia ser amplamente difundida em seu território, a memória sobre a repressão e os fatos ocorridos durante esse período de ocupação na ilha, são questões que ainda hoje mobilizam e condicionam o comportamento dos timorenses. Essa informação apareceu de maneira marcante na tese da antropóloga australiana, Annette Field, a qual tive acesso durante o levantamento bibliográfico para essa pesquisa, e onde ela descreve o processo de reconstrução de um bairro de Dili pós 1999, período na qual muitas cidades se encontravam destruídas pelos confrontos desenvolvidos naquele momento. Em outra medida, porém com relação a esse aspecto, ao conversar com os timorenses, pude observar a maneira como os períodos de colonização, tanto o lusitano quanto o indonésio, participam ativamente na composição do repertório pessoal desses sujeitos e

conseqüentemente na maneira pela qual é construída suas percepções sobre os eventos sociais da própria história, como o atual processo de identificação nacional de Timor-Leste.

Em outro momento, minha interlocutora comentou também que o tempo de estadia de sua família no Brasil estava sendo muito bom para os seus filhos, tendo em vista a oportunidade que eles estavam tendo para aprender a língua portuguesa, o que segundo ela lhes garantirá um bom emprego no futuro quando retornarem para Timor. Aqui, mais uma vez, a língua aparece como ponto relevante nos discursos dos entrevistados. De fato, considerando que o português foi determinado como idioma oficial pelo Estado pós-independência de Timor, me parece plausível que este fator apareça como foco de interesse dos timorenses entrevistados, uma vez que por este motivo o domínio da língua passa a figurar como um capital de promoção importante dentro da atual dinâmica do contexto nacional, considerando os altos índices de analfabetismo e a escassez de pessoas qualificadas para assumir posições importantes na burocracia do próprio Estado.

Nesse sentido, é igualmente importante dizer que a maior parte dos timorenses entrevistados ao longo desta pesquisa, especialmente os situados em Goiânia, encontravam-se no Brasil como participantes de programas de cooperação estabelecidos entre Timor e Brasil. O objetivo desse intercambio consiste em fornecer oportunidade aos timorenses para continuarem seus estudos e obterem uma qualificação profissional, no sentido de se tornarem cidadãos capacitados a ajudar no desenvolvimento do país, especialmente no que diz respeito a área de educação, tendo em vista que muitos deles eram professores. No caso de minha interlocutora, ela e o marido recebiam bolsa da CAPES para darem prosseguimento aos seus estudos. Falou-me inclusive de alguns timorenses conhecidos que estavam em Goiânia na mesma condição de bolsistas.

4.4 - Encontros em Goiânia: “universo” dos professores

Desta forma, considerando a rede de relações que estava se estabelecendo entre meus interlocutores, planejei a minha ida até Goiânia conforme a disponibilidade apresentada pelo meu

informante que, a propósito, se responsabilizou por entrar em contato com os demais timorenses residentes também em Goiânia no intuito de avisar sobre a minha intenção em entrevistá-los. Nos comunicamos por e-mail ao longo de um mês, onde lhe contei sobre o que consistia meu trabalho, assim como expus meu interesse em conversar com os timorenses afim de obter informações que complementassem a construção do quadro analítico desta pesquisa, referente a construção da identidade nacional de Timor e de seus cidadãos.

Dentre as dificuldades encontradas, estava o fato do meu informante não ter conhecimento da língua portuguesa. Nos primeiros e-mails escritos em português, ele me explicou que estava utilizando um tipo de tradutor online para se comunicar comigo e devido a sua dificuldade em compreender os e-mails enviados, me perguntou se seria possível utilizarmos o tetum em nossas conversas. Apesar de eu não compreender este idioma, aceitei a sua proposta. Nesse sentido, pedi ajuda ao filho do embaixador de Timor, que se dispôs a traduzir para mim os e-mails trocados. Desta forma, consegui marcar um encontro com o meu interlocutor em Goiânia e definir uma data para minha ida até a cidade.

Chegando lá, nos encontramos no local previamente determinado, na Universidade Federal do Goiás (UFG). Escolhemos a universidade por praticidade, tendo em vista que todos os timorenses lá residentes estavam a realizar cursos nesta mesma instituição. Na verdade, estava um pouco preocupada em como seria a nossa interação, já que o meu interlocutor não falava nem inglês nem português e eu não tinha conhecimento algum de tetum nem de bahasa indonésio, sendo estes os idiomas que ele dominava. Ao nos encontrarmos, ele tentou contatar por celular os demais estudantes, porém não conseguiu. Desta forma, ele propôs acompanhar-me até a casa onde a maior parte dos estudantes timorenses estava residindo.

Naquele momento, a casa estava sendo dividida por quatro timorenses. Todos eles eram mais velhos, tendo por volta dos seus 40 e 50 anos. A mais velha era uma senhora, que deveria ter quase

70 anos. Todos eles estavam realizando mestrado na UFG. Diferentemente do meu informante, com quem estabeleci o meu contato inicial, todos os demais timorenses falavam português muito bem. Alguns apresentavam maior dificuldade em se expressar com este idioma, mas eram claros em suas colocações. Como estavam todos presentes no momento de minha chegada, tive a oportunidade de entrevistá-los juntamente. Assim como procedi no diálogo com os timorenses residentes em Brasília, pedi a eles que me contassem um pouco sobre suas trajetórias pessoais até chegarem ao Brasil, assim como expusessem os pontos que consideravam importantes para meu conhecimento, no que diz respeito a Timor.

O aspecto que mais me chamou a atenção na narrativa desses estudantes foi a aparente ligação pessoal existente entre eles e as práticas tidas como típicas em Timor. Um timorense, em especial, me falou muito sobre o costume do *barlake* e sobre as *uma lulik*²², que segundo ele são aspectos fundamentais dentro de sua perspectiva do que é ser timorense, uma vez que correspondem a práticas e instituições propagadoras de valores, assim como representam “o caminho correto a ser seguido”. Todos concordaram. No entanto, um dos estudantes presentes teve a preocupação em fazer uma ressalva esclarecendo que a forma pela qual os “rituais tradicionais são desenvolvidos” e a maneira de perceber esses costumes variam entre os distritos de Timor, exemplificando que alguns procedimentos práticos divergiam entre sua região e a do narrador (ele pertencia ao distrito de Ainaro, enquanto o narrador era de Bidau).

Aqui mais uma vez ressalto a importância de ser ter consciência da heterogeneidade e da diversidade que se encontram abarcado dentro da categoria de timorense. Conforme elaboravam suas narrativas, tinham o cuidado de especificarem o seu lugar de fala ao se identificarem com os seus distritos de origem. A meu ver, a descrição dessas diferenciações foi no intuito de melhor delimitarem seus objetos de fala no sentido de clarificar ao máximo para mim o fato de que, apesar

²² Casas Sagradas.

de serem todos timorenses, as diferenças com relação aos “costumes” entre eles existem e devem ser consideradas.

Um dos estudantes disse ter feito a sua monografia de graduação sobre alguns rituais costumeiramente realizados em seu distrito. Segundo ele, a sua preocupação consistia em preservar os elementos existentes na composição dos costumes que vinham se perdendo ao longo das gerações, uma vez que estes se tratavam de uma “poesia ritual oral, fonte de valores moral, religioso, histórico e social”. Sendo destituídos de qualquer registro escrito e também pelo fato de existirem poucas pessoas aptas a transmiti-lo, esses costumes se encontravam vulneráveis a ação do tempo, podendo chegar a extinção dentro de alguns anos. Esse foi o argumento exposto pelo narrador para afirmar a importância da elaboração de registros escritos no intuito de preservar os conhecimentos tradicionais de Timor. Falou também das alterações a que os costumes regionais estavam submetidos, considerando que “os tempos são outros” e muito do que era antes já foi modificado. No entanto, não entendia essas mudanças como algo negativo. Pelo contrário, as interpretava como algo necessário a sobrevivência da tradição, considerando ser possível conciliar os fenômenos relativos a “modernidade e a tradição”.

Nesse sentido, os pontos colocados em sua narrativa se apresentaram a mim como mais uma maneira de se pensar a realidade de Timor, principalmente no que diz respeito a constituição da concepção de nação timorense. Em que medida as formas administrativas estatais atuais de Timor estão em equilíbrio com a manutenção das tradições locais no sentido de se abarcar a alteridade ao invés de se instituir um padrão de Estado-Nação que responda muito mais aos interesses internacionais em oposição as suas próprias demandas internas? Quais as categorias (mobilizadores de memória) que melhor representariam a maneira pelo qual setores da população de Timor pensam a si mesmos e interpretam os contextos nos quais estão inseridos? (considerando para isso toda a diversidade de opiniões presentes no território timorense).

Todos esses tópicos foram questionamentos que me vieram a mente através da observação das falas de meus interlocutores, pontos estes que considero importante para problematizar o tema aqui proposto e assim avançarmos na discussão sobre as questões referentes ao papel do Estado na constituição da identidade nacional timorense, assim como para entendermos que o processo de identificação é complexo e diversificado, necessitando, por este motivo, ser pensado como algo não simples, no sentido de ser composto por inúmeras realidades e entendimentos.

Vale dizer também que durante a entrevista em Goiânia, ao descreverem as suas trajetórias de vida, nenhum dos estudantes fez menção direta aos acontecimentos políticos de Timor. Focaram mais em outros aspectos como, por exemplo, na descrição de alguns costumes e na diferenciação das representações destes nos distritos do país. Quando questionados sobre seus planos futuros, todos afirmaram que pretendiam retornar a Timor para trabalhar por seu país. Alguns com um discurso mais eufêmico, outros menos. Essa diferença me fez observar com mais atenção o perfil dos meus entrevistados, o que me levou a constatar a proximidade existente entre os timorenses de Brasília e o governo de Timor, sendo eles o filho do embaixador, uma diplomata e uma participante da resistência organizada timorense contra a Indonésia. Enquanto todos os estudantes de Goiânia eram professores, com exceção de um deles, que trabalhava como tradutor no governo²³.

4.5 - Ideologias Lingüísticas

Outro ponto que acho interessante comentar diz respeito à questão da legitimação das línguas vigentes no território de Timor. Atualmente, o tétum e o português possuem o estatuto de línguas oficiais, sendo que o inglês e o indonésio são tidos como idiomas de trabalho. O domínio desses idiomas (especialmente o português e o inglês), sem dúvida, representa um sinal de status e, não obstante, faz referencia direta ao tipo de formação na qual os indivíduos foram submetidos. Essa caracterização lingüística se torna ainda mais nítida ao observarmos as gerações paralelamente aos

²³ Dentre os timorenses entrevistados em Goiânia, era o mais jovem. Possuía 27 anos naquele momento.

respectivos períodos de ocupação sofridos por Timor, tendo em vista que grande parte da formação pessoal dos indivíduos foi condicionada de acordo com os governos locais vigente no país e, obviamente, conforme as peculiaridades referentes à trajetória pessoal de cada um deles.

Dentre os entrevistados, essa temática foi referência comum em todos os discursos nos quais tive acesso. Sendo todos estes estudantes bolsistas da CAPES, participantes do Programa de Estudantes – Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG), eles me explicaram que participaram de um curso de língua portuguesa oferecido pela própria instituição, para os alunos inscritos no programa de intercâmbio, afim de prepará-los para o período de estudos no Brasil. Um deles afirmou que esse curso é fundamental para os timorenses que pretendem estudar no exterior, uma vez que apenas os estudantes de licenciatura possuem aulas de português na universidade nacional do país²⁴.

Disse ainda que essa prioridade de ensino do português dada principalmente aos professores é resultado de um programa do Estado que consiste em implementar o ensino da língua portuguesa nas escolas de Timor, tendo este entrado em vigor há pouco tempo. Portanto, supõe-se que o aprimoramento das habilidades lingüísticas com relação ao português, por parte dos professores e funcionários públicos timorenses enviados ao Brasil, terá implicações para a difusão do português na ilha, considerando que por ter sido legitimado como idioma oficial do país, aparece como uma das preocupações do governo a ampliação do ensino da língua em Timor.

Um dos estudantes, que estava realizando mestrado na área de educação, comentou que para os timorenses hoje, a língua portuguesa não corresponde a um idioma falado, mas sim aprendido na escola e que em suas vidas diárias, sempre costumam utilizar o tétum ou alguma língua de seus respectivos distritos, mas quase nunca o português. Segundo ele, alguns timorenses possuem até uma rejeição ao português, uma resistência à utilização da língua por achar muito complexa, ou simplesmente não se sentirem motivados a utilizá-la. No entanto, ele acredita que o uso do português

²⁴ Universidade Nacional de Timor-Leste - UNTL, fundada em 2000, com sede na cidade de Dili, capital do país.

tende a aumentar conforme o desenvolvimento de Timor, devendo a população, por esse motivo, ser melhor conscientizada sobre a importância de se aprender a língua lusitana. Caso contrário, eles próprios ficarão excluídos da sociedade que está a progredir, segundo a concepção de meu interlocutor.

Outro ponto bastante interessante e favorável a adoção do português como língua oficial de Timor, foi apresentado por uma estudante já senhora, que estava entre os demais timorenses também cursando mestrado. Segundo ela, o português proporciona para Timor um meio de garantir a autonomia do país no cenário internacional. Ela me explicou essa idéia da seguinte forma: Timor está situado entre dois gigantes: Austrália e Indonésia. Se por acaso esses gigantes tentarem “esmagar” a ilha de Timor, o português fornecerá asas para o país voar para a América (Brasil), Europa (Portugal) e África, todos continentes com países que falam a língua portuguesa e que representam uma espécie de apoio à ilha. Não obstante, vale notar que essa perspectiva se remete a um dos aspectos utilizados no discurso oficial do governo timorense para justificar a adoção do português como um dos idiomas legítimos do país.

Na entrevista com o filho do Embaixador de Timor, ele me falou dos benefícios de Timor adotar o português pelas vantagens proporcionadas ao país ao se associar a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP. Segundo ele, Timor tem mais afinidade com a cultura portuguesa e por esse motivo não faria sentido adotar o inglês como língua nacional, por exemplo.

De fato a questão da língua é algo muito importante dentro do contexto de análise a qual estou propondo essa pesquisa. Além de definir estratos sociais dentro do contexto social de Timor, o português representa uma nova ferramenta pra formular a realidade nacional. Como comentado por uma estudante em Goiânia, o português forneceu a muitos timorenses a possibilidade de desenvolver melhor o seu raciocínio, pensar e expressar coisas mais complexas, tendo em vista a alta capacidade de cognição da língua.

Um outro estudante me explicou a adequação em se adotar o português como língua oficial de Timor devido a proximidade existente entre a cultura timorense e Portugal. Segundo ele, muito dos “hábitos” e da configuração do país é originário desse convívio com o colonizador português, tendo, inclusive, o tétum (língua mais falada em Timor) influência direta do português. No entanto, me explicou que apesar da grande difusão que o tétum possui em Timor, este não seria adequado para representar o idioma da nação de Timor, uma vez que as estruturas dessa língua são muito limitadas e por isso não provê aparatos suficientes para que os seus usuários expressem de maneira mais aprofundada e complexa seus pensamentos. Segundo ele, essa era a maior vantagem em se adotar o idioma português, a possibilidade de desenvolvimento através de uma linguagem que permite o cidadão ir além em sua capacidade de pensar e interpretar o meio e as condições em que vive.

Dentre os demais aspectos constatados nos discursos elaborados pelos estudantes por mim entrevistados, pude perceber que os mais velhos possuíam melhor domínio do português, enquanto que os estudantes mais novos não possuíam muita familiaridade com este idioma, mas geralmente com o inglês. Posso dizer ainda que todos estes estudantes possuíam pleno domínio do tétum e da língua indonésia, considerando também a grande difusão que ambos os idiomas possuem em Timor.

É importante dizer também que o português, mesmo no período de colonização lusitana, era restrito àqueles que possuíam a oportunidade de freqüentar a escola durante aquela época. Por outro lado, a primeira iniciativa de normatizar o tétum-praça²⁵ em Timor surgiu da Igreja Católica Portuguesa, tendo ela publicado em 1885 o primeiro catecismo católico em língua tetum. Sobre o assunto, Anderson afirma que:

“(..) the decision of the Catholic hierarchy in East Timor to use tetum, not Indonesian, as the language of the Church, has had profoundly nationalizing effects. It has raised Tetun from being a local language or lingua franca in parts of East Timor to becoming, for the first time, the language of “East Timorese” religion and identity” (ANDERSON, 1993, pg. 6-7).

²⁵ Idioma adotado como uma das línguas oficiais de Timor-Leste.

Talvez, pelo fato de ter sido estabelecido este tipo de estratégia colonial no território timorense, parte dos discursos oficiais de Timor sejam elaborados em um processo de reaproximação com o passado lusitano da ilha. Tal aspecto aparece nitidamente em uma das obras analisadas no próximo capítulo. Comentarei adiante.

Já durante a ocupação indonésia, o português foi proibido no país e a população obrigada a utilizar apenas seus idiomas locais, tétum e bahasa indonésio. Não por menos, o português ficou conhecido como a língua da resistência timorense contra o regime indonésio na ilha, uma vez que os seus membros faziam uso do idioma para se comunicarem entre si e passarem informações de forma confidencial.

Além desses aspectos apresentados, o próprio fato da língua portuguesa ter sido referencia trabalhada na maior parte dos discursos de meus interlocutores, a meu ver, já significa algo que merece ser analisado com mais cautela. Nesse sentido, um fato que me fez pensar sobre esse aspecto foi a condição do estudante timorense que não possuía o domínio do português, mas apenas dos idiomas tetum e bahasa indonésio. Apesar da dificuldade existente em nossa comunicação, esse estudante conseguiu me explicar que pretendia retornar a Timor para tentar continuar os estudos na Indonésia, lugar onde se sentia muito mais confortável, por ser familiarizado com o idioma vigente naquele país. De acordo com os outros estudantes que o acompanhavam em Goiânia, o seu caso dizia respeito a um “desinteresse pessoal”, uma vez que ele representava uma exceção dentre os demais timorenses ali presentes, que conseguiram “dominar” o português. Desta forma, afirmaram que com ele não seria diferente, caso este demonstrasse um empenho maior em aprender a língua.

Tendo como referencia este caso, podemos intuir, por exemplo, que a questão da linguagem opera como uma referencia identitária muito importante, no sentido de determinar, em alguma medida, “quem você é”. E o fato do português ser um dos idiomas oficiais de Timor, podemos questionar qual a valoração e reconhecimento atribuído a esta categoria dentro da estrutura social

nacional, uma vez que ser portador desse tipo de capital opera como um elemento de diferenciação social.

4.6 - Construção Nacional e Gênero

Dentre os demais aspectos observados em campo, gostaria de comentar a respeito das peculiaridades que pude perceber nos discursos femininos quando comparados aos discursos masculinos, apontadas nas falas dos timorenses com os quais conversei. Com base nas entrevistas de minhas interlocutoras, percebi em suas colocações uma preocupação e sensibilidade com a questão do papel das mulheres na sociedade timorense.

Tanto a estudante que conheci em Goiânia quanto à diplomata entrevistada em Brasília problematizaram, em alguma medida, as condições de existência da mulher dentro da estrutura tradicional vigente em Timor, ressaltando em suas trajetórias sempre o fato de serem mulheres como um elemento significativo dentre as circunstâncias por elas descritas, como a de participação na resistência, por exemplo, contexto este definido como pertencente a esfera masculina.

A outra timorense que estava com a família em Brasília, também elaborou o seu discurso com referência à posição da mulher na tradição timorense ao descrever o seu casamento e a questão do *barlake*. Além disso, disse ter trabalhado durante alguns anos em Timor com mulheres no campo, ensinando técnicas de cultivo da terra. Também afirmou que em seu mestrado iria escrever sobre a liderança feminina no Movimento dos Sem Terra (MST), tendo surgido esse interesse pelo fato dela ter se sensibilizado com a problemática do papel da mulher no contexto rural, de maneira geral.

Acho importante nos determos a esse ponto no sentido de analisar de que forma a existência de uma perspectiva crítica na concepção dessas mulheres não é produto dos processos de modernização pelos quais a sociedade timorense está sendo submetida, estes entendidos aqui como sendo a adoção de modelos ocidentais, prezados por instituições internacionais, como a ONU, por

exemplo. A propósito, a presença desta organização em Timor causou alguns impactos no cotidiano do país, especialmente no que diz respeito a implementação dos “direitos humanos”, tal como definido em seu estatuto.

Por outro lado, podemos pensar de que forma os discursos das interlocutoras representam uma exceção a condição das demais mulheres de Timor. Se sim, quais seriam os processos definidores desse diferencial? Esse tipo de informação fornece aparatos para identificarmos as características do processo de formação referente às condições dos timorenses entrevistados.

4.7 - Compreendendo a diversidade

Gostaria de apontar também as distinções encontradas, de uma maneira geral, nas abordagens elaboradas pelos timorenses entrevistados e que foram aqui apresentadas. De fato, a heterogeneidade característica de cada discurso aparece como um fator importante de inteligibilidade da condição sócio-histórica de cada um desses sujeitos. No entanto, ainda é complicado dizer o que de fato toda essa diversidade de informações corresponde dentro do universo híbrido da categoria de cidadão timorense. O que acho importante ressaltar é a necessidade de alocar os discursos de acordo com a posição na qual foram elaborados, ou seja, o contexto no qual eles foram produzidos. Isso no intuito de se relativizar as falas a partir do *background* de cada indivíduo, mas ao mesmo tempo sem perder de vista o contexto social mais amplo da sociedade timorense.

Nesse sentido, ao me propor trabalhar com a análise do discurso dos estudantes timorenses localizados no Brasil, parto do pressuposto de que eles são parte integrante da elite de seu país, assim como representam perspectivas relativas a uma situação social específica: migrantes que provavelmente possuem uma história de vida que lhes proporcionou estar hoje em sua atual situação. No entanto, ao contrário do que eu imaginava a priori, a maior parte dos timorenses que conheci se apresentou como sendo de origem humilde. Dentre os estudantes que entrevistei em Goiânia, todos possuíam pais analfabetos e representavam exceções dentro de suas famílias no que diz respeito a

possuir uma formação acadêmica e ter o domínio de outros idiomas, como o português e o inglês. De fato, a elite timorense possui peculiaridades muito próprias.

Ao descreverem suas trajetórias de vida, era recorrente o fato de serem seus pais moradores do meio rural. De uma maneira geral, esses estudantes tiveram o apoio financeiro de parentes e amigos para viverem na cidade (Dili, em sua maioria) e assim conseguirem seguir com seus estudos. Segundo eles, esse dinheiro era proveniente da venda dos produtos produzidos no campo. E apesar de terem se estabelecido e constituído suas próprias famílias na cidade, os estudantes ressaltaram o fato de que apesar de estarem em lugares diferentes de Timor, nunca deixaram de ir até o interior ajudar seus parentes com obrigações temporárias, como a colheita, por exemplo.

Essa característica, a meu ver, representa muito bem o aspecto da dualidade de pertença a dois setores distintos que compõe a realidade timorense, tendo em vista a valoração atribuída aos espaços geográficos: montanha (tradição) e cidade (modernidade). Tal aspecto corrobora a idéia anteriormente trabalhada nesta monografia, no que diz respeito a capacidade de apropriação e reinvenção das categorias sociais, onde os sujeitos são autores da sua própria estrutura identitária, jogando e se adaptando intermitentemente com as condições sociais e históricas, com os elementos e demais integrantes do seu contexto familiar, cotidiano, social.

Através do discurso dos meus interlocutores, pude constatar a existência de elites políticas, econômicas e intelectuais, que não necessariamente estão associadas entre si. Porém, considerando as limitações do meu campo etnográfico, acredito não ter informações suficientes para diferenciá-las e descrevê-las neste momento. Digo isso no sentido de que o fato de não ter sido possível ir até Timor constatar empiricamente a dinâmica social que hoje lá é estabelecida, me privou de informações que são fundamentais para que uma análise mais aprofundada sobre esse assunto pudesse ser realizada, afinal, para se trabalhar com a classificação de estratificações sociais é

também requerido conhecimento de outras áreas, como por exemplo, informações sobre a distribuição de renda do país.

Ainda analisando o discurso dos entrevistados, pude perceber o quanto a realidade vivida durante os períodos anteriores de colonização condicionam a maneira destes sujeitos elaborarem suas próprias trajetórias de vida, de selecionarem os fatos históricos que julgam relevantes na composição do seu eu, de seu país, assim como influenciam na composição de suas projeções pessoais para o futuro. Tendo como amparo a abordagem desenvolvida por Gilberto Velho, a noção de projeto está diretamente associada à idéia de memória, uma vez que:

É a memória que fornece os indicadores básicos de um passado que produziu as circunstâncias do presente, sem a consciência das quais seria impossível ter ou elaborar projetos. (...) O projeto e a memória associam-se e articulam-se ao dar significado à vida e às ações dos indivíduos, em outros termos, à própria identidade. (...) São visões retrospectivas e prospectivas que situam o indivíduo, suas motivações e o significado de suas ações, dentro de uma conjuntura de vida, na sucessão das etapas de sua trajetória (VELHO, 1994, pg.101).

4.8 - Considerações Gerais

No que diz respeito a minha postura e impressões em campo, existem alguns aspectos que considero importante observar, uma vez que são elementos que acredito ter influenciado, de alguma forma, na minha interação com os timorenses. O primeiro deles é o fato de eu ser uma nativa de língua portuguesa. Ao abordar sobre a questão do idioma em Timor, percebi por parte dos estudantes uma certa exaltação à língua portuguesa, o que me levou a indagar se o fato deles estarem no Brasil, conversando com uma pessoa que possui o português como língua materna, teria influenciado esse comportamento, em alguma medida.

Outro ponto que me chamou a atenção foi o fato dos timorenses questionarem a realização de um estudo sobre Timor, sem que a pesquisadora sequer tivesse estado lá. Na verdade, nenhum dos timorenses falaram abertamente sobre isso, apenas indagaram esse ponto. Tal fator apareceu a mim como se naquele momento a credibilidade de minha pesquisa estivesse sendo questionada pelo meu

próprio objeto de estudo (e de fato, estava), o que me fez pensar um pouco sobre as condições de realização deste trabalho e das responsabilidades envolvidas ao se escolher um tema de estudo absolutamente alheio para minha pessoa até há dois anos atrás.

Talvez por esse motivo eu tenha adotado como estratégia maior, principalmente durante a análise dos dados etnográficos recolhidos, situar sempre os sujeitos a quem eu me referi durante toda a elaboração desta dissertação, assim como procurei também especificar as informações sobre colonialismo no sentido de contextualizar os elementos presentes nos discursos dos meus interlocutores quando dialogavam com esta questão.

No que diz respeito a receptividade, todos foram muito educados ao me receber. No entanto, senti que houve uma abertura maior nas entrevistas por parte das interlocutoras. Em nossas conversas, sempre se remetiam a fatos de suas vidas pessoais. Em alguns momentos, até relatavam suas impressões particulares sobre eventuais relacionamentos que vieram a desenvolver em seus cotidianos no Brasil. Já com relação aos homens, senti determinada reserva com relação a minha pessoa. Acredito que um dos fatores que pode ter condicionado essa postura, foi o fato de eu pertencer ao sexo feminino e também por possuir pouca idade, tendo em vista que a sociedade timorense se caracteriza por ser “conservadora”.

5. Capítulo IV – Produção Literária em Perspectiva

Separei este capítulo para realizar uma breve abordagem analítica de duas produções literárias de autoria timorense. O meu interesse em fazer uso da literatura como fonte etnográfica neste trabalho se baseia no fato de que esse material, por se tratar de uma elaboração nativa, pode ser percebido como uma espécie de representação social, como um viés interpretativo da realidade timorense. Trata-se de um discurso social onde se encontram cristalizadas diversas representações sociais. A descrição do enredo, independente de seu caráter fictício ou não, pode vir a apresentar elementos que sirvam de aparatos para apreender a maneira pela qual a concepção social apresentada nas obras se constitui.

Desta forma, procurei dialogar de forma prioritária com o contexto social exposto nas obras, assim como busquei compreender a maneira pela qual as impressões pessoais registradas tanto nas falas dos personagens, quanto no posicionamento do autor, interagem com as questões levantadas no âmbito dessa pesquisa, a saber, a alocação dos períodos históricos coloniais nos discursos dos interlocutores e na constituição dos processos identitários destes como cidadãos timorenses.

Foram dois os livros aqui utilizados como fonte etnográfica, ambos do mesmo autor, Domingo de Sousa, atual embaixador de Timor-Leste no Brasil. A fim de complementar as colocações por mim incitadas com relação ao conteúdo desses trabalhos, entrevistei o autor para que ele me falasse um pouco mais de suas intenções ao escrever as obras, no intuito de captar a maneira pela qual elas mesmas eram percebidas por seu criador.

Sendo assim, procurei desenvolver aqui a abordagem do conteúdo das obras, estabelecendo um diálogo entre as interpretações do autor e as impressões expressas nos livros por meio dos personagens. Também busquei retomar os pontos anteriormente discutidos no intuito de estabelecer *links* entre as colocações literárias e os pontos de interesse temático deste trabalho.

5.1 - Olobai 75: Realidade em Foco

A primeira obra diz respeito a um diário pessoal do próprio autor, onde foi reproduzido os momentos vividos por este entre os meses de agosto e dezembro de 1975, véspera da ocupação indonésia em Timor. O livro chama-se Olobai 75, nome de uma prisão do país, onde eram alocados os prisioneiros políticos e também cenário dos momentos vivenciados pelo autor na obra. Trata-se de uma produção voltada essencialmente para a abordagem do contexto político de Timor-Leste durante esse período. Dentre as principais considerações do autor está a segregação interna que se deu no país devido as opções políticas dos timorenses, aos interesses pessoais diferenciados, alimentados pelas expectativas vividas em um contexto onde o país se encontrava na eminência de ser invadido pela Indonésia.

A narrativa consiste nas reflexões pessoais do autor (claro, trata-se de um diário!) onde o sofrimento do povo de Timor Oriental é descrito de maneira intensa, ressaltando sempre a profundidade pela qual o país foi marcado com as mortes, humilhações e outras perdas através da violência ocasionada pelos conflitos desencadeados na ilha, especialmente durante a instauração do regime indonésio. Nesse sentido, o autor propõe que sejam utilizadas as experiências de outrora como conhecimento adquirido para pensar o futuro do país. Toda a sua narrativa é permeada por um grande senso de moral no sentido de condenar as atitudes de agressão à pessoa humana, aludindo com frequência aos valores cristãos como sendo uma base importante de formação e referencia ética para os timorenses.

Em entrevista com o autor, ele ressaltou a sua preocupação em passar uma mensagem de conscientização para os timorenses, no sentido de se respeitar os “direitos humanos”.²⁶ Falou inclusive de uma educação moral que, segundo ele, seria uma forma interessante de implantar esses valores universais na vida dos timorenses, podendo esta ser instaurada como uma disciplina nas

²⁶ Colocação posta entre aspas por ser tratar de um termo utilizado pelo entrevistado.

escolas, por exemplo. Destacou o fato de que durante o período indonésio, muitas famílias foram divididas devido as filiações políticas ocorridas nesse momento, o que ocasionou uma reestruturação dos núcleos familiares e condicionou, segundo o autor, uma reavaliação dos valores associados a família no cenário social timorense.

Nesse sentido, fui levada a pensar o catolicismo e os valores ocidentais como mobilizadores importantes no discurso do autor. Por se tratar de impressões retiradas de seu próprio relato elaborado em entrevista e confirmado nos registros de seu diário, tratei essas informações em equidade com os dados anteriormente constatados nas falas de meus interlocutores. Sendo assim, trata-se de uma interpretação nativa referente a um projeto de construção da identidade nacional, uma vez que foi sugerida e ressaltada a importância pelo interlocutor, de se implementar valores muito específicos na formação dos timorenses, até mesmo no sentido de auxiliar o desenvolvimento do país como uma nação.

Acredito que de alguma forma esses elementos estejam presentes nos discursos oficiais do país, considerando a posição do autor, atualmente embaixador. De qualquer forma, acho importante pontuar esse aspecto no sentido de situar a sua fala. Não obstante, o autor efetivou parte de sua formação em escolas portuguesas em Timor e foi seminarista também, fator este que elucida grande parte de suas colocações voltadas para a análise moral da situação social timorense.

Acho importante perceber também que pelo fato de se tratar de informações veiculadas em uma obra de produção nacional, esta dialoga diretamente com a maneira de se pensar as direções adotadas pelo Estado na composição da unidade nacional, e também na construção do processo de identificação dos próprios timorenses, uma vez que dentre as possíveis formas de uma nação se definir é também por meio da produção intelectual de seus cidadãos e da propagação e oficialização dessas idéias pela direção do país.

5.2 - Colibere: Um Herói Timorense

Já a segunda obra analisada, foi o romance Colibere, escrito em terceira pessoa. Neste livro, o autor procura descrever algumas etapas históricas do processo de formação do Estado-Nação de Timor-Leste, principalmente através da estória de vida dos personagens da trama. Temporalmente a narrativa se inicia entre o final da década de 1960 e início dos anos 70, período em que Timor ainda se encontrava sobre a custódia do governo português. No entanto, o enredo se desenvolve essencialmente ao longo dos 24 anos de ocupação indonésia e encerra exatamente com a independência do país e a desocupação do território nacional pelas tropas indonésias.

Trata-se de uma narrativa fictícia, onde o cotidiano do protagonista, o próprio Colibere, é descrito com riqueza de detalhes, onde foi possível apreender elementos característicos dos períodos coloniais de Timor, uma vez que o ambiente onde a história se desenvolve é especificamente o território do país, sendo este ilustrado na narrativa através da descrição de alguns dos distritos de Timor. A infância do personagem é vivida no momento de colonização lusitana, enquanto a sua fase adulta é descrita ao longo do governo indonésio.

Dentre os aspectos descritos no enredo, encontra-se o costume do *barlake*, desenvolvido durante o casamento dos pais do personagem. Ao longo da narrativa, pode-se perceber toda a valoração atribuída a este momento, onde o narrador, por sua vez, não poupou qualificações aos procedimentos relativos à realização do ritual. Assim como foi descrito por uma de minhas entrevistadas quando esta comentou sobre seu casamento, em Colibere a cerimônia dos personagens, além do *barlake*, também contou com a celebração matrimonial na Igreja Católica.

Aqui chamo a atenção para a maneira pela qual a tradição da cerimônia católica foi interiorizada e adaptada pelos timorenses, tornando-se assim, parte das práticas locais da ilha. De fato, esse foi um dos aspectos comentados pelo autor em entrevista. Segundo ele, a tradição timorense pode se adequar muito bem aos “costumes” ocidentais, como o cristianismo, por exemplo,

que se traduz na realidade das pessoas andando lado a lado com a tradição local. Em suas colocações, os valores importados do ocidente se remetiam a idéias de desenvolvimento e por este motivo, o autor afirma que ao aderi-las às práticas locais timorenses, a população de Timor estaria buscando o seu lugar no progresso mundial.

Tal perspectiva evolucionista me fez recordar o trecho de uma entrevista realizada com um juiz timorense, transcrita no trabalho do antropólogo Simião, onde este afirma que “a lei costumeira, a adat, ainda não tem essa evolução moderna. (...) algumas pessoas ainda continuam com o atraso dos costumes” (SIMIÃO, 2010:10). Em sua fala, o juiz fazia referência as regulamentações que a constituição moderna ocidental abarca e que ainda não eram reconhecidas na então lei costumeira de Timor, como por exemplo, a igualdade entre homens e mulheres.

Esta colocação me fez pensar nas condições das situações coloniais, onde os costumes e hábitos tradicionais são revistos, adaptados, selecionados e adotados conforme as necessidades dos grupos sociais. O hibridismo cultural característico de muitas (senão todas) realidades sociais existentes, nada mais é do que o produto da interação desenvolvida através do fluxo humano e de informações. E é por meio das re-elaborações condicionadas pelo contato entre as alteridades, que as organizações sociais se constituem.

É importante considerar também as estratégias de apropriação que cada indivíduo possui ao escolher os parâmetros utilizados na constituição de sua identidade, esta entendida aqui como um processo condicionado não só pelos acontecimentos sociais, mas também por experiências pessoais de cada sujeito. Tal característica dialoga diretamente com a categoria de memória, que por sua vez aparece como um produto da interação entre esses dois fatores. Não por menos, tanto na realização das entrevistas com os timorenses, quanto na análise do conteúdo literário, foi possível apreender distinções com relação a percepção da realidade social. Nesse sentido, podemos dizer que:

Uma vida existe dentro de uma teia articulada, pouco visível, de laços interacionais, contratuais, políticos, econômicos e de parentesco, que fornecem o “pano de fundo” no qual as coisas se realizam. Uma vida existe diante dessas estruturas invisíveis e pouco visíveis

que a pessoa articula biograficamente através de suas práticas e projetos incorporados (DENZIN, 1984, pg. 37).

Na obra *Colibere*, por exemplo, um saudosismo com relação ao tempo português, aparece de forma marcante nos pensamentos do personagem. Quando indagado sobre essa impressão, o autor a corroborou dizendo que compartilha desse sentimento. No entanto, fez questão de especificar que com isso, não queria afirmar que a colonização portuguesa foi boa em absoluto para Timor. Segundo o autor, trata-se de uma construção definida a partir do confronto com os momentos de terror sofridos ao longo da ocupação indonésia, e nesse sentido o entrevistado disse existir uma nostalgia com relação aos tempos lusitanos na ilha.

Um dos pontos que me chamou a atenção no romance, foi o momento quando o autor descreve o cotidiano do personagem na escola, que naquele contexto, correspondia a uma instituição portuguesa. Conforme descrito na obra, era proibido falar qualquer outro idioma na escola que não fosse o português. Como apresentado na narrativa: “Ir à escola significava aprender tudo o que fosse importado de fora. Criou-se na mentalidade de *Colibere* e dos seus conterrâneos um complexo de inferioridade perante a sua própria cultura. Eles sentiam vergonha da sua própria cultura” (SOUSA, 2006:51).

Esse aspecto aparece nítido na citação histórica situada na obra de Moutinho, onde é descrito aspectos do empreendimento colonial português:

Toda a nossa acção civilizadora tem sido assim orientada. Dar ao indígena²⁷ uma unidade de língua, um passado que seja nosso (unidade histórica), um sistema de trabalho e de economia que seja nosso (unidade de interesses materiais), princípios éticos e sociais da nossa nacionalidade (unidade religiosa e de interesses morais), igualdade perante a lei, abolindo castas e caracteres antropológicos (nivelamento rácico) (MOUTINHO, 2000 apud RAMOS, 1957:594)

Nesse sentido, ao descrever o ambiente escolar de *Colibere*, o autor o caracteriza como sendo o local onde o protagonista aprendeu a se comunicar em português, assim como teve acesso a grande

²⁷ Indígena é entendido aqui como o nativo não português, não europeu.

parte do acervo da cultura popular lusitana, tais como músicas típicas, cantigas de roda, tudo sempre em português. Músicas em línguas vernáculas era coisa que não se via no ambiente escolar de Colibere. “Ir à escola significava aprender tudo o que fosse importado de fora”. (SOUSA, 2006:51). Conforme os registros históricos da metrópole portuguesa: “O canto coral era um dos fatores mais poderosos para estabilizar e criar nos indígenas de civilizações atrasadas um elevado nível de dignidade moral e enraizar princípios nacionalistas” (MOUTINHO, 2000 apud MARTINS, 1948:69).

Esse trecho nos aponta não só o ambiente escolar, como demonstra também uma das conseqüências oriundas desse procedimento de “imposição cultural”. Com vista a essa colocação, o autor, em um tom de crítica, descreve o cotidiano da região a qual o personagem pertencia, o qualificando como monótono, como um lugar onde as pessoas não davam conta do tempo que se passava, além de não desenvolverem um projeto de vida para o futuro, apenas se preocupando em aprender, seguir e transmitir o que seus antepassados lhe ensinaram. Desta forma, fica clara a concepção do autor anteriormente discutida aqui, no que diz respeito aos parâmetros adequados para o desenvolvimento da nação de Timor.

Sendo assim, podemos compreender suas colocações por meio da teoria de Schutz, onde este afirma que “um sistema de relevâncias e tipificações tal como existe em qualquer momento histórico é ele próprio uma parte da herança social transmitida aos membros do grupo interno no processo educacional (...). Toda interpretação desse mundo se baseia num estoque de experiências anteriores dele, as nossas próprias experiências e aquelas que nos são transmitidas por nossos pais e professores (...)” (Schutz, 1979:72-119). Aqui proponho estabelecermos uma dupla análise, a primeira partindo da situação de Colibere e a segunda referindo-se ao posicionamento do narrador.

De acordo com a colocação de Schutz, podemos deduzir, de certa forma, um dos aspectos envolvidos no processo de construção das interpretações individuais dos sujeitos sociais que diz respeito tanto à suas identidades quanto à maneira de determinarem suas ações: o legado de

conceitos objetivos que nos é fornecido sócio-historicamente. Desenvolvendo essa percepção estaremos aptos a identificar na coletividade alguns dos fatores que nos condicionam como atores sociais em nosso âmbito particular. Sendo assim, podemos contrastar o sistema de relevâncias e tipificações acionado pelo narrador em contraposição com o referido pelos timorenses entrevistados, por exemplo, tendo em vista que os sujeitos por vezes se submetem a diferentes processos de socialização em sua formação pessoal e conseqüentemente se percebem e elaboram o mundo a sua volta com base em diferentes parâmetros aprovados pelos “grupos internos” a qual pertencem.

Nesse sentido, apesar de todos os indivíduos analisados serem timorenses, não significa que exista uma coerência ou uma idéia de unidade homogênea no simples fato de compartilharem a mesma nacionalidade. Ao lidar com os dados apreendidos em campo, procurei sempre me voltar para a idéia de diversidade, já considerando as restrições do meu trabalho etnográfico, uma vez que pude entrevistar apenas a uma parcela dos timorenses que se encontravam no Brasil, e que não obstante, representavam essencialmente as peculiaridades de suas experiências pessoais, principalmente no que diz respeito a percepção do passado colonial de Timor, por exemplo.

A meu ver, a necessidade de se utilizar a metodologia de contextualização tanto dos entrevistados, quanto do conteúdo literário analisado, surgiu da minha intenção em abordar questões relacionadas a constituição do Estado-Nação de Timor-Leste e dos processo identitários da população existente nesse território, que por sua vez corresponde a uma categoria muito ampla, onde várias condições, valores, grupo sociais, diria até realidades, se encontram agrupadas sob um mesmo termo: a nacionalidade timorense. Na verdade, o que se observa é o fato da nação timorense estar em um processo de constituição nacional, buscando encontrar valores, práticas, costumes capazes de criar entre os timorenses um sentimento de reconhecimento de algo comum, de uma identidade nacional.

Desta forma, após ter descrito as características sociais presentes nos enredos das narrativas (discursos) aqui abordadas e ter estabelecido um diálogo entre seus personagens, as percepções do autor e os contextos coloniais referente à situação timorense, espero ter sido capaz de demonstrar a maneira pela qual os dados constatados ao longo da pesquisa dialogam entre si, sendo os mobilizadores de memória e identidade – passado comum - desses interlocutores (obras e entrevistados) referencias centrais para o entendimento dos processos de constituição identitária, aqui proposto para análise.

É importante notar também as peculiaridades existentes entre cada um dos discursos e seus lugares de fala, afinal, o contexto e a trajetória social, assim como as experiências individuais dos sujeitos, são elementos primordiais para o entendimento das representações sociais contidas em cada um deles. Assim, finalizo então este capítulo para melhor sintetizar as interpretações desenvolvidas ao longo de toda a pesquisa.

6. Conclusão

Após apresentado os dados recolhidos em campo, assim como exposto a discussão estabelecida entre as informações bibliográficas e etnográficas recolhidas ao longo da pesquisa, irei retomar os pontos centrais desenvolvidos até então, a fim de fornecer um panorama do que foi abordado em cada capítulo, assim como elucidar de forma sistemática as observações estabelecidas no desenvolvimento do presente estudo.

O primeiro aspecto que pode-se observar, dentro do que foi exposto até aqui, é a forte presença dos elementos coloniais no discurso dos timorenses. Aqui me refiro especificamente às informações constatadas através das falas dos sujeitos por mim entrevistados e da análise das narrativas das obras literárias apresentadas, uma vez que estas correspondem às fontes etnográficas utilizadas nesta pesquisa. Na elaboração de seus discursos, todos os meus interlocutores, em alguma medida, fizeram alusão aos períodos anteriores de colonização e ocupação da ilha, a fim de situarem e contextualizarem os temas abordados em suas colocações. Nesse sentido, vale observar quais foram os pontos argumentados por eles para então entendermos o que de fato atua como referencia significativa dos períodos históricos para esta parcela da população.

A questão da língua é uma delas. Tanto nos discursos dos estudantes, quanto no cotidiano do personagem Colibere, o idioma apareceu como referencia importante por ser um aspecto percebido pelos próprios timorenses como tal, no sentido de ser um elemento reconhecido e valorizado segundo as referencias destes sujeitos analisados. Aqui vale ressaltar que se trata de um contexto muito específico de análise. Embora seja estabelecidos pontos de generalizações ao falar do papel do Estado na abordagem dos idiomas oficiais de Timor e na classificação destes como elementos de identificação dos cidadãos do país, o passado histórico de Timor nem sempre é entendido de forma homogênea nas interpretações de seus habitantes.

Esse fator é muito bem ilustrado em uma das passagens do romance Colibere, onde o narrador descreve o sentimento do personagem no momento em que este se encontra com alguns timorenses retornados, que se encontravam no exterior. A princípio, aquele encontro foi frustrante para o personagem ao perceber a imagem positiva que os outros timorenses tinham sobre o regime indonésio, ao ressaltarem as mudanças estruturais pela qual Timor havia passado, dentre elas: instalação de eletricidade, asfalto, construções de escolas e coisas desse tipo. Colibere não podia acreditar na indiferença com que seus conterrâneos se apresentavam perante o massacre que ocorreu na ilha. “Sentiu-se desanimado e incompreendido” (SOUSA, 2007).

Sendo assim, no primeiro capítulo a minha intenção consistiu em traçar uma breve abordagem histórica de Timor-Leste no intuito de apresentar aspectos referentes ao processo colonial da ilha, especificamente os que dizem respeito aos períodos português e indonésio. Através desta descrição, procurei apontar os elementos característicos de cada um destes momentos, especialmente os relativos à educação, que a meu ver, proporcionaram informações que contribuíam de forma significativa na construção da inteligibilidade do cenário de elaboração da problemática aqui proposta inicialmente pra discussão, neste caso, os processos de identificação contidos na condição de Estado-Nação recente de Timor e a maneira pela qual é estabelecida as interações entre sujeitos (timorenses) e instituições do país.

Dentre os diversos fatores envolvidos nestas empreitadas coloniais, procurei chamar a atenção para a configuração das instituições religiosas e de ensino estabelecidas durante a ocupação lusitana e indonésia na ilha, destacando a forma pela qual estas se fizeram presentes na constituição de valores e perspectivas dos habitantes de Timor. Um dos fatores de relevância, diz respeito à categoria de assimilado construída no período português, que consistia em uma classificação referida as pessoas consideradas “civilizadas”, portadora de hábitos essencialmente ocidentais. Nesse sentido, é importante se ater ao fato de que as escolas lusitanas fundadas no território timorense eram

católicas e operavam como difusoras da boa “educação”. Vale observar também que o acesso ao ensino era restrito a uma pequena parcela da população, geralmente às famílias de *liurais*.

Já com relação ao período indonésio, o fato deste governo ter investido na construção de muitas escolas no país, apareceu como uma das referências positivas atribuídas a atuação deste regime na ilha. Diferentemente da narrativa de Colibere, durante as entrevistas, com exceção da diplomata timorense e do filho do embaixador (note que o embaixador é o próprio autor das obras analisadas) nenhum dos timorenses se referiram a violência ocasionada neste período no país. Tal divergência pode ter sido ocasionada por inúmeros fatores. Como exposto pelo autor Domingos de Sousa em sua obra *Olobai 75*, os 24 anos de ocupação indonésia em Timor é algo que desperta lembranças dolorosas para muito timorenses que vivenciaram esse período. Talvez este seja um dos motivos pelo qual os timorenses preferiram não comentar sobre o aspecto da violência.

Por outro lado, observei também o contexto onde a referência foi feita a esse aspecto pelos dois entrevistados acima citados. Tal característica foi comentada exatamente quando me descreveram momentos e articulações da resistência nacional do país. No caso da diplomata, descreveu também detalhes de sua participação neste movimento. Além disso, vale observar que ambos os timorenses possuem um envolvimento pessoal maior com as questões políticas do país, diferentemente dos outros entrevistados. Nesse sentido, pode-se perguntar também em que medida as realizações políticas operam como significativas para as “pessoas comuns” de Timor. Será que a categoria de resistência, assim como foi utilizada por minha interlocutora, é concebida da mesma forma por outros timorenses?

Esse tipo de questionamento é importante, por exemplo, quando avaliamos as relações e sentimentos estabelecidos entre o discurso oficial e as percepções dos timorenses sobre a forma pela qual os fatos históricos são apropriados e configurados segundo a necessidade do Estado. Nesse sentido, podemos pensar o caso da adoção do português como língua oficial, em uma situação onde o

idioma mais falado no país é o tetum e a maior parte da população é analfabeta. Com certeza, esse é um dos pontos relevantes dentro da constituição do projeto de construção da nação e da identidade nacional timorense, por isso abordado neste trabalho.

Não obstante, além de considerar as diferenças existentes nos discursos dos entrevistados, dadas principalmente através das distinções no ato de interpretar e vivenciar os acontecimentos históricos ocorridos na ilha em seus períodos de colonização e ocupação, assim como pelos processos de socialização individuais de cada timorense, é importante observar também a maneira pela qual foi constituído o sistema de re-elaboração social estabelecido através de instituições, como a escola e a igreja.

Desta forma, como cientistas sociais, estaremos mais preparados para reconhecermos as nuances desse processo na formulação dos vários discursos produzidos no atual contexto de Timor. Refiro-me aqui tanto ao período de colonização portuguesa, quanto a ocupação indonésia, uma vez que os fenômenos relativos a presença de ambos os países na ilha operam como referências significativas nos discursos dos timorenses entrevistados, além de ser elementos muito presentes nas discussões relativas a elaboração dos parâmetros de desenvolvimento do Estado nacional, como pude constatar na revisão bibliográfica sobre o assunto.

Consciente do caráter híbrido e diversificado da realidade aqui em foco, podemos concluir que a educação colonial é apenas um dos pontos de influencia que atua no processo de diversificação social da sociedade timorense. Dentre outros fatores, podemos citar a reestruturação da organização local condicionada através da vivencia com a alteridade, tendo em vista as adaptações requeridas pelo contexto colonial e o período pós independência, ambos relativos a processos nos quais a necessidade de delimitação identitária entre o eu e o outro aparecem de forma mais latente, isso devido as fronteiras determinadas, tanto com relação ao território quanto ao distanciamento estabelecido entre os povos envolvidos na situação. Tal aspecto pode ser observado, por exemplo, na

dualidade existente entre colonizado e colonizador, como também na classificação entre moradores da cidade (modernos) e moradores da montanha (portadores dos usos e costumes).

Sendo assim, no segundo capítulo procurei elaborar uma discussão sobre os processos de construção da identidade nacional, destacando o fato de que a idéia de identidade se remete a algo fluido, dinâmico, no sentido de que estamos constantemente nos identificando e nos redefinindo através de interações desenvolvidas com o contexto social mais amplo e demais indivíduos que fazem parte do nosso cotidiano. No caso de Timor, ao nos voltarmos para a observação da forma pela qual estão sendo construídas as referências nacionais, podemos perceber que na verdade, os elementos históricos, sociais, políticos, culturais, dentre outros, são selecionados e utilizados pelos sujeitos como referência na estruturação de seus imaginários de diversas maneiras possíveis, podendo variar conforme os interesses, trajetórias pessoais, entre outros fatores, de acordo com a realidade vivenciada por eles próprios.

Nesse sentido, ao observarmos os conteúdos dos discursos apresentados no terceiro capítulo, no intuito de compreendermos as diferenças existentes entre as colocações e perspectivas demonstradas pelos entrevistados e como também notificadas nas narrativas literárias, é importante ter em mente a trajetória de vida traçada por cada um dos sujeitos, tendo em vista que o nosso olhar é condicionado a partir dos fenômenos sociais os quais presenciamos ou participamos, de alguma forma. Por esse motivo, na conversa estabelecida com meus interlocutores, sempre pedi a eles que me contassem um pouco mais sobre suas histórias e experiências de vida, na intenção de apreender elementos que figuram como mobilizadores de memória importante para cada um deles em seus entendimentos sobre a(s) situação(ões) de Timor. Nesse sentido, é importante notar que:

Cada vida é ao mesmo tempo singular e universal, particular e, no entanto, generalizável. As vidas são a expressão da história pessoal e social, bem como das teias relacionais de influência. As diferenças que aparecem nas vidas que estudamos constituem a singularidade do nosso objeto de estudo e devem ser estabelecidas como tal (DENZIN, 1984:40-41).

Além de elucidar a maneira pela qual o manejo das informações históricas condiciona as concepções individuais, essa percepção fornece ferramentas que possibilitam a análise contextual dos elementos acionados no intuito de se estabelecer sentido aos processos de constituição da identidade individual e coletiva. Ainda nesse sentido, é importante considerar que a identidade nacional também corresponde a um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos.

Sendo assim, com base nesse arcabouço teórico procurei, através do discurso elaborado pelos timorenses entrevistados, apreender algumas das categorias utilizadas por eles no processo de identificação dos demais grupos internos que compõe a população de Timor, como por exemplo, os que são “tradicionais”, assim como tentei perceber as imagens configuradas através dessas perspectivas, sempre levando em conta o conteúdo das falas e o lugar dos indivíduos na estrutura social.

No terceiro capítulo, também procurei expor um pouco a minha experiência em campo por considerar relevante descrever as condições em que esta pesquisa foi realizada, na intenção de situar o leitor sobre a especificidade dos dados obtidos, de justificar a metodologia escolhida como procedimento científico, assim como apresentar minhas dificuldades e impressões no desenvolvimento das entrevistas e na interação com o(s) meu(s) objeto(s) de estudo.

Por fim, reitero que as realidades sociais são constituídas por meio das múltiplas representações sociais estabelecidas por diferentes grupos, quando o passado histórico de determinado contexto é resignificado e reinterpretado. A minha intenção foi demonstrar que os discursos se tornam inteligíveis a partir do momento em que se encaixam em uma determinada ordem discursiva e possuem algum desdobramento social. Os acontecimentos históricos nos fornecem aparatos para acompanhar o desenvolvimento e as novas configurações que se compõem a cada dia nos discursos e práticas sociais construídas.

Em suma, foi por meio destas perspectivas que procurei elaborar meu trabalho e desenvolver interpretações sobre o tema em questão, sempre que possível buscando alternar entre uma observação macro e micro, estabelecendo entre elas uma conexão que permita elucidar da maneira mais clara possível a evolução dos acontecimentos sociais e o processo de formação social da nação, dos discursos produzidos, das conseqüências destas representações de identidade no momento atual vivido por Timor-Leste. Isso no intuito de elaborar uma análise crítica, que contribua para o entendimento da diversidade social presente no território deste país.

7. Bibliografia

- ANDERSON, Benedict. Imagining East Timor. In: *Arena Magazine*, nº4, April – May 1993.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. Companhia das Letras, 2008.
- ARAÚJO, Abílio de. *As elites em Timor*. S.l. : s.n. [197-?] – Texto policopiado.
- BALANDIER, Georges. A noção de situação colonial. In: *Cadernos de Campo*, nº 3, 1993.
- BARTH, Fredrik. *O Guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.
- CASTELO, Cláudia. *O Modo Português de Estar no Mundo: O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Edições Afrontamento, 1998.
- CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Bauru: EDUSC, 1999.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. *Antropologia do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- DENZIN, Norman K. Interpretando a Vida de Pessoas Comuns: Sartre, Heidegger e Faulkner. In: *Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, vol. 27, nº 1, 1984.
- DIEHL, Astor Antônio. *Cultura historiográfica: memória, identidade e representação*. Bauru, SP: EDUSC, 2002.
- DUBAR, Claude. *Trajetórias sociais e formas identitárias: alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos*. Educação & Sociedade, Campinas, v. 19, n. 62, April, 1998.
- FERNANDES, Alexandre. *De indígena à português ultramarino: O nativo de Timor-Leste no boletim da Agência Geral das Colônias de Portugal (1926-1960)*, 2011.

- FERREIRA, Lucia M. ORICO, Evelyn G. D. *Linguagem, identidade e memória social: Novas fronteiras, novas articulações*. Rio de Janeiro: DP & A, 2002.
- FIELD, Annette Marie. *Places of Suffering and Pathways to Healing: Post-Conflict Life in Bidau, East Timor*. James Cook University, 2004.
- FOX, James J. *The low of life: Essays on Eastern Indonesia*. Harvard University Press. England, 1980.
- GUNN, Geoffrey C. *Timor Loro Sae 500 anos*. Macau: Livros do Oriente, 1999.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HULL, Geoffrey. *Timor-Leste: identidade, língua e política educacional*. Lisboa: Instituto Camões, 2001.
- KUPER, Adam. *Cultura: a visão dos antropólogos*. Bauru, SP: EDUSC, 2002.
- LIPUMA, Edward. The Formation of Nation-States and National Cultures in Oceania. In: FOSTER, Robert J.(Editor). *Nation Making: Emergent Identities in Postcolonial Melanesia*. The University of Michigan Press, USA, 1995.
- MANHEIM, Karl. *Sociologia da Cultura*. São Paulo, Editora Perspectiva, 1974.
- MATTOSO, José. Sobre a identidade de Timor Lorosa'e. In: *Camões, Revista de Letras e Culturas Lusófonas*, nº 14, jul/set. 2001.
- MENDES, Nuno Canas. *Como Nasceu o Timor- Leste? Nacionalismo, Estado e Construção Nacional*. CEPESA, 2005.
- MENEZES, Francisco Xavier de. *Encontro de Culturas em Timor-Leste*. Crocodilo Azul. Dili, 2006.

- MOREIRA, Carlos Diogo. *Identidade e diferença: Os desafios do pluralismo cultural*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais & Política, 1996.
- MOUTINHO, Mário C. *O Indígena no Pensamento Colonial*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 2000.
- OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. *Ensaios de Antropologia Histórica*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1999.
- OLIVEIRA, João Pacheco de (org.). *A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/LACED, 2004.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Identidade, Etnia e Estrutura Social*. São Paulo: Pioneira, 1976.
- POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol.5, n°10, 1992.
- POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol.2, n°3, 1989.
- RONZANI, Ana Cláudia de Pinho. *Elites Timorenses em Travessia: O Olhar de Luís Cardoso*. Universidade de Brasília, 2008.
- ROUANET, Sérgio Paulo. Idéias importadas: um falso problema? In: *Cadernos do IPRI*. Tema de atualidade brasileira II – FUNAG, 1994.
- SAHLINS, Marshall. 1997^a. *O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: Por que a cultura não é um objeto em via de extinção* (Parte I), *Mana* 3(1): 41-73.
- SAID, Edward. *Orientalismo*. Cia da Letras, São Paulo, 1990.

- SCAMBARY, James. Anatomy of a conflict: the 2006-2007 communal violence in East Timor. In: *Conflict, Security & Development* 9:2 June, 2009.
- SCHUTZ, Alfred. *Fenomenologia e relações sociais*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.
- SIMIÃO, Daniel Schroeter. *Sensibilidade jurídica e diversidade cultural: dilemas timorenses em perspectiva comparada*. In SILVA, Kelly C. *Lúcio Ita maun Alin: o livro do irmão mais novo*. Lisboa: Edições Colibri. 2011.
- SILVA, Kelly Cristiane da. A bíblia como constituição ou a constituição como bíblia? Projetos para a construção do Estado-Nação em Timor-Leste. In: *Horizontes Antropológicos*, Porto alegre, ano 13, nº 27, jan/jun.2007.
- SILVA, Kelly Cristiane da. Elites timorenses e a construção do Estado: projeções identitárias, ressentimentos e jogos de poder. In: SEIXAS, Paulo Castro. ENGELENHOVEN, Aone (orgs.). *Diversidade Cultural na Construção da Nação e do Estado em Timor-Leste*. Universidade Fernando Pessoa, 2006.
- SOUSA, Domingos de. *Colibere*. Lisboa: Lidel, 2007.
- SOUSA, Domingos de. *Olobai 75*.
- SOUSA, Domingos de. *Histórias da Resistência Timorense*. Brasília: Thesaurus Editora, 2010.
- VELHO, Gilberto. Memória, identidade e projeto. In: *Projeto e metamorfose*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1994.